



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

Relatório de Gestão 2007

Recife, 28 de fevereiro de 2008

APRESENTAÇÃO

1. Identificação.....	03
2. Responsabilidades Institucionais.....	04
3. Estratégia de Atuação.....	05
4. Gestão de Programas e Ações.....	08
4.1. PROGRAMAS	
4.1.1. Programa 0750-APOIO ADMINISTRATIVO	
4.1.2. Programa 0512 - Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE	
4.1.3. Programa 1022 - Promoção e Inserção Econômica das Sub-Regiões – PROMOVER	
4.1.4. Programa 1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais –PROMESO	
4.1.5. Programa 1047- Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	
4.1.6. Programa 1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	
4.1.7. Programa 8009 - Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR	
4.1.8. Programa 0757- Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	
5. Desempenho operacional.....	52
6. Previdência Complementar Patrocinada (NÃO SE APLICA).....	61
7. Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal.....	61
8. Operações de fundos.....	63
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	64
10. Outras informações.....	64

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão é parte integrante do Processo de Tomada e Prestação de Contas Extraordinária referente ao período compreendido entre janeiro e novembro de 2007, relativo a execução orçamentária da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, que mesmo depois de sua extinção, nos termos do Decreto n.º 6.198, de 28 de agosto de 2007, continuou executando determinadas atividades sob orientação do MI, até o mês de novembro do referido ano.

Contrariando as expectativas, 2007 foi mais um ano atípico em razão dos efeitos decorrentes do retardo da regulamentação da Sudene, que embora criada no dia 03 de janeiro do corrente ano, por meio da Lei Complementar n.º 125, só veio a ser regulamentada em 28 de agosto, com a publicação do Decreto n.º 6.198, que comitantemente extinguiu a Adene, porém não previu mecanismos de transição para a migração das operações da ADENE para a nova Autarquia, gerando inclusive, por meio de diferentes motivos, o engessamento da execução orçamentária e financeira.

O primeiro semestre foi dedicado à estruturação de diversas atividades, o segundo, previsto para ser o período de implementação do que foi planejado no primeiro, tornou-se um momento de grande frustração, pois as indefinições comprometeram a eficiência e eficácia de ambas as instituições.

Além disso, para 2007 a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPO, adotou como critério para definição do orçamento federal o desempenho de 2006, tendo inclusive reduzido os recursos destinados aos projetos executáveis com recursos do Orçamento Geral da União, conforme diretrizes da Lei n.º 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO 2007) e Estimativa de Receita e Fixação de Despesa estabelecidas na Lei n.º 11.451, de 07 de fevereiro de 2007 (LOA 2007), que inclui as não-orçamentárias e as de anos anteriores que tiveram continuidade em 2007 (Restos a Pagar de 2005 e 2006). Um dos impactos negativos se deu com a redução das despesas para locomoção e hospedagem destinadas ao acompanhamento dos convênios, trabalhos de auditoria de campo e vistoria de pleitos demandantes dos incentivos fiscais.

A proposta inicial da Adene, para o orçamento de 2007, foi de R\$ 45.620.070,00, no entanto foram aprovados com base na LOA n.º 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, já incluído o ajuste decorrente dos créditos autorizados, o valor de R\$ 25.708.462,00, sendo o orçamento autorizado até novembro/2007, de R\$ 17.624.824,00, excluídos os gastos de investimento do FDNE. Até novembro foi empenhado e pago o valor de R\$ 11.813.186, referente às despesas de custeio, investimentos das ações e despesas com pessoal e encargos sociais.

Quanto à organização e ao registro destas informações, de forma agregada, as contas do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, relativas ao exercício de 2007, a serem encaminhadas ao TCU, obedecem ao estabelecido no art. 18 da IN/TCU n.º 47/2004.

Por fim cabe o registro de que este documento foi estruturado e elaborado conforme as disposições constantes das Decisões Normativas n.º 85, de 19 de setembro de 2007, e n.º 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União, e da Norma de Execução N.º 05, de 28 de dezembro de 2007, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria - Geral da União (SFC/CGU-PR). **Anexos II e X**.

1. IDENTIFICAÇÃO

A AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional, criada pela Medida Provisória 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial a União, Seção 1, de 27 de agosto de 2001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.193.279/0001-90, com sede, domicílio e foro na cidade de Recife, à Praça Ministro João Gonçalves de Souza s/n.º, Engenho do Meio, Recife, Estado de Pernambuco, CEP n.º 50670-900, Fones (81)2102.2108, 2102.2109, 2102.2119 Fac-simile: (81)2102.2886, Internet: www.adene.gov.br, possuiu uma unidade gestora- UG ADENE, código 533002 e Gestão código 53206, representada por seu Diretor- Geral. Foi extinta em 28 de agosto de 2007 pelo Decreto n.º 6.198.

A Adene regulamentada pelo Decreto n.º 4.654, publicado no DOU de 27 de março de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, teve o seu Regimento Interno aprovado por meio da Portaria n.º 26, em 27 de junho de 2003. Suas operações foram balizadas ainda por legislação complementar subsequente, que determinou seu objetivo: implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento do Nordeste.

Foi administrada por uma Diretoria Colegiada composta por um Diretor Geral e 3 Diretores.

Eram competências da Diretoria Colegiada:

I - exercer a administração da ADENE;

II - editar normas sobre matéria de competência da ADENE;

III- aprovar o regimento interno da ADENE;

IV- cumprir e fazer cumprir as diretrizes e propostas aprovadas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Nordeste;

- V - verificar a compatibilidade dos projetos com o Plano de Desenvolvimento do Nordeste e com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Nordeste;
- VI - aprovar e autorizar a contratação de projetos a serem executados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- VII - encaminhar a proposta de orçamento da ADENE ao Ministério da Integração Nacional;
- VIII - encaminhar os relatórios de gestão e os demonstrativos contábeis da ADENE aos órgãos competentes;
- IX - autorizar a divulgação de relatórios sobre as atividades da ADENE;
- X - decidir pela venda, cessão ou aluguel de bens integrantes do patrimônio da ADENE;
- XI - notificar e aplicar as sanções previstas na legislação;
- XII - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de membros da Diretoria;
- XIII - supervisionar e coordenar as ações das Gerências Executivas e Coordenações, na forma do Artigo 40 do Regimento Interno;
- XIV - criar câmaras técnicas para atuar em áreas temáticas específicas, visando a subsidiar tecnicamente os assuntos submetidos à deliberação da Diretoria Colegiada;
- XV - indicar os membros do Comitê Técnico;
- XVI - autorizar a celebração de contratos, convênios e acordos;
- XVI I - cumprir e fazer cumprir o contrato de gestão de que trata o art. 19, da Medida Provisória n.º 2156-5, de 24 de agosto de 2001.

Dados identificadores da unidade jurisdicionada :

Nome completo da unidade e sigla	Agência de Desenvolvimento do Nordeste	
Natureza jurídica	Autarquia do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Integração Nacional	
Normativos e respectivas datas de publicação no Diário Oficial da União; -criação; -definição de competências e estrutura organizacional e -regimento interno.	-MP2156-5 de 24/08/2001, DOU Seção 1 de 27/08/2001 -Decreto 4.654, DOU DE 27/03/03 -Portaria nº 26 publicada em 27/06/2003	
CNPJ	05.193.279/0001-90	
Nome e código no SIAFI	533002 / 53206	
Código da UJ titular do relatório	170063	
Códigos das UJ abrangidas	Nome	Código
	- Ministério do Meio Ambiente - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	
Endereço completo da sede	Praça Ministro João Gonçalves de Souza s/n.º, Engenho do Meio, Recife, Estado de Pernambuco, CEP n.º 50670-900	
Endereço da página institucional na <i>internet</i>	www.adene.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Extinta no exercício	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de Atividade	Planejamento e articulação institucional	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Adene	533002

Fonte:SIGPLAN e SIDOR

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Adene integrava o sistema federal de planejamento, atuando em conjunto com os Estados e municípios da sua área de atuação, na qualidade de executora da política traçada pelo governo central, tal como proposto no PPA 2004-2007.

Durante sua existência a Adene teve as seguintes atribuições:

- propor e coordenar a implantação do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, sob supervisão do Ministério da Integração Nacional;
- gerir o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- aprovar projetos a serem executados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- autorizar contratação e liberar recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, mediante proposição do agente operador;
- auditar e avaliar os resultados da aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- implementar estudos e pesquisas destinados à identificação de potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais e propor estratégias e ações compatíveis com o espaço regional;
- fortalecer as estruturas produtivas da região, a partir da mobilização do seu potencial;
- promover ações voltadas ao desenvolvimento social na região;
- estruturar e implementar redes de informações em apoio às atividades produtivas;
- promover a cooperação técnica, tecnológica e financeira com organismos nacionais ou internacionais, voltada à integração e ao desenvolvimento regional;
- elaborar estudos de viabilidade de projetos de integração e de desenvolvimento regional;

- implementar programas de capacitação gerencial de formação e qualificação de recursos humanos adequados ao mercado regional;
- realizar estudos de ordenamento e gestão territoriais e avaliar impactos das ações de integração e de desenvolvimento na região, especialmente do ponto de vista ambiental; e
- verificar a adequabilidade dos projetos à política de desenvolvimento regional.

Tendo como competências a coordenação do desenvolvimento da região foi fundamental a definição de estratégias, o que foi conseguido com a elaboração da proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e a estruturação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, um dos instrumentos de viabilização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, criada em fevereiro de 2007. Além de ter tido como incumbência a preparação dos documentos necessários à estruturação do nova Sudene que lhe viria a substituir.

Desse modo, foram realizadas articulações e reuniões nas quais se definiram prioridades e diretrizes estratégicas a serem adotadas para a superação dos entraves tanto regionais, representados pelos aspectos sociais e econômicos, como financeiros e operacionais do próprio órgão, particularmente em face das restrições estruturais ainda presentes naquela oportunidade. Fato foi, que as discussões apontaram para 2008 como um ano de “transição”, em razão do contexto de escassez orçamentária e da limitação de pessoal - fatores fundamentais para o equilíbrio das atividades institucionais, a médio e longo prazos.

Em linhas gerais foram contatados diversos novos atores institucionais e uma complexa rede de articulação, ainda muito setorializada e segmentada. Porém, o intuito era o de inserir durante o período da transição, parcerias que, interagindo entre si, contribuíssem para que o novo órgão se firmasse como agente do processo de desenvolvimento. Foi desta forma que se passou a investir em discussões sobre problemas relacionados à reconstrução de um processo mais dinâmico e estruturador para o desenvolvimento sustentável, com a definição de linhas estratégicas institucionais e de gestão regional.

Do ponto de vista do planejamento orçamentário, os programas de 2007 foram subdivididos naqueles de apoio à execução da política estratégica, e neste caso tem-se o programa 0757, intitulado Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e os demais tais como: Programas 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico; 1022– Promover; 1025-Promeso; 1047-Conviver; 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura ; 8009 – Produzir; e ainda 0902 – Operações Especiais (Reinvestimento de Imposto de Renda e Financiamento com Retorno) e o 0750- Apoio Administrativo, tidos como finalísticos.

São destaques dessa fase o processo de elaboração da proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste; a parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial nos debates sobre Inovação com o objetivo de formar nos estados do Nordeste, Agentes em Política Industrial, e a implantação de uma Rede Regional de Inovação, realizado em articulação com os segmentos específicos dos Estados, bem como, com as Federações Estaduais de Indústria, Universidades, Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento, órgãos do Sistema S, empresários e outros atores significativos. Também merece registro o Programa Desenvolvimento da Aquicultura, com os Projetos de Maricultura e a realização do Workshop com decisões estratégicas na definição de conteúdo para a elaboração de políticas; e as articulações, decisões e produtos resultantes da Rede Nordeste de Biodiesel, projeto do governo federal coordenado pela Adene. Igual importância teve o prosseguimento dos estudos e definições para a estruturação dos Incentivos Especiais e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste-FDNE, além das reuniões e negociações com o Ministério da Integração e Ministério do Planejamento para a elaboração do novo PPA 2008-2011, tendo como pano de fundo as atribuições da nova Sudene elencadas pela Lei Complementar n.º 125/07.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A indefinição institucional na regulamentação da SUDENE, neste período, proporcionou um certo arrefecimento na condução dos debates para a elaboração de uma proposta de programação estratégica para a Região, contudo não inviabilizou a discussão de uma nova proposta de programação visando o novo Plano Plurianual de Governo - PPA 2008-2011. Com este objetivo foram realizadas no primeiro semestre de 2007 várias reuniões, inclusive com o MI, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF e a Secretaria de Planejamento Institucional-SPI, ambas do MPO, voltadas para o estabelecimento de critérios e prioridades a serem utilizadas na formatação de um PPA que realmente atendesse às atribuições definidas para a nova SUDENE, numa visão de futuro voltadas para a redução das desigualdades em sua área de atuação em relação às demais Macrorregiões do País.

No ano de 2007, pelos motivos mencionados nos itens anteriores, foi difícil estabelecer um processo de articulação política, inclusive na apresentação da proposta Preliminar do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, conforme cronograma planejado, que abrangia todos os estados.

Fato é que o planejado no primeiro semestre e inviabilizado no segundo pelos motivos já expostos, praticamente impossibilitaram a execução das ações propostas no seu Plano de Ação e, por desdobramento, a formalização de convênios. A unidade administradora dos incentivos fiscais, a auditoria e as responsáveis pelo acompanhamento de convênios, também foram afetados pela limitação dos recursos para suas vistorias.

Paralelamente à política de corte de gastos do Governo Federal, aplicada em 2007, a SECEX/MI limitou a disponibilidade dos recursos financeiros por meio de enormes contingenciamentos, atrasando a definição e implementação de diversos projetos.

O desempenho da ADENE ficou, assim, limitado às ações de articulação, negociação e preparação de um novo processo estratégico de implementação das ações de desenvolvimento, além de dar continuidade aos projetos/atividades implementados nos exercícios anteriores, utilizando os recursos inscritos em Restos a Pagar.

Relativa à execução da programação orçamentária de 2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE encaminhou em ago/2006, ao Ministério da Integração Nacional, instância à qual está vinculada, uma proposta orçamentária no valor global de R\$ 45.620.070,00, dos quais R\$ 38.758.070,00 para o programa e as ações relacionadas com a administração da Autarquia, incluindo os gastos com pessoal, e R\$ 6.862.000,00 para os programas e ações relacionadas com as atividades finalísticas. Porém a proposta foi reformulada e fixados novos valores, conforme orientações da LOA N.º 11.451 de 07 de fevereiro de 2007. Valores estes, que se encontram comentados na apresentação inicial deste relatório.

Pretendia-se em 2007, dar-se um salto qualitativo já que sinais nesse sentido vinham sendo dados desde 2004. Aliás, ao iniciar-se o ano já se vislumbrava a recriação da SUDENE, como de fato aconteceu, o que faria com que esse fosse de fato um ano de transição e de oportunidades porém, o valor dos recursos financeiros foi muito abaixo, não só em relação ao proposto pela Adene, mas também, pelo valor do orçamento autorizado, além de terem ficado contingenciados por vários meses, impossibilitando desta maneira o que se pretendia fazer dentro de uma estratégia paulatina de crescimento e participação efetiva do órgão na Região.

Em especial no que se refere aos programas finalísticos de interesse do órgão e considerados essenciais ao desenvolvimento da Região, observa-se a inadequabilidade do montante dos recursos para execução das atividades como se pode exemplificar no Programa Zoneamento Ecológico-econômico, cujo orçamento autorizado (R\$1.500,00) representou menos de 1% do valor aprovado na LOA 2007 (R\$146.020,00).

Da mesma forma o Programa Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, com apenas R\$ 3.200,00 de recursos autorizados, sem contar os programas que não tiveram destinação de orçamento autorizado. Como também o PROMOVER com recursos apenas para a ação Gestão e Administração do Programa. Tudo isso provocou prejuízos à execução do órgão, sem contar ainda com os impedimentos para a formalização de convênios com entidades da administração pública direta e indireta dos Estados e Municípios, cujo valor fosse inferior a R\$ 100 mil reais, conforme prevê o art. 2º do Decreto nº 6.170 de 25.07.07, publicado no DOU de 26.07.07.

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, o Governo Federal tem eleito para o País diretrizes e prioridades gerais, que embora previstas no PPA 2004-2007, muitas vezes desdobram-se em ações específicas que terminam por conflitar, com relativa frequência, com a programação orçamentária anual, resultando na redução ou no contingenciamento de recursos. No início do ano o Governo adotou como prioridade maior, o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, um programa de fortalecimento da infra-estrutura nacional. Isso fez com que diversos cortes fossem aplicados ao orçamento.

Com isso, a ADENE se viu obrigada a promover uma profunda adaptação ao regime de escassez, com impacto direto na implementação de novos empreendimentos para a Região, comprometendo, inclusive, a aplicabilidade do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Só muito lentamente problemas relacionados com a reconstrução de um processo de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento regional, foram sendo superados por meio de estudos e pesquisas contratados em anos anteriores, cujos resultados começaram a surgir. Foram observados avanços nas articulações e estudos realizados, como forma de alcançar a inserção do Órgão, no caso a nova Sudene, em um novo processo de Desenvolvimento Sustentável.

Em termos procedimentais, todas as propostas foram coadunadas à LOA, e periodicamente submetidas a ajustes decorrentes dos cortes ou contingenciamentos aplicados ao longo do ano. Essas propostas, consolidadas em Planos de Ação, estavam coerentes com as atribuições da Autarquia, tendo ainda como balizadores a proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e o PPA 2004-2007.

Em 2007, foram contemplados 8 programas e 21 ações, voltadas tanto para a execução de atividades de política estratégica, de apoio a arranjos produtivos locais, como de administração da própria ADENE, incluindo os gastos com pessoal.

Após a extinção da ADENE, as despesas com pessoal, ativos/inativos/pensionistas, continuaram sendo executadas pela Autarquia, sob orientação do MI, até o mês de novembro do referido ano.

De qualquer forma, a par do acontecido em 2005 e 2006, tinha-se no primeiro semestre de 2007, em que pese a redução do orçamento, que implementar um processo diferenciado de trabalho que certamente iria exigir mais criatividade para a sua execução, particularmente porque assim inspiravam as competências da nova SUDENE, naquela oportunidade tratadas apenas na Lei Complementar n.º 125/07.

Superando todas as dificuldades a ADENE conseguiu reunir um conjunto de informações e por meio de longos debates tanto internos (oficinas) como no MI e no MPO, consolidou a elaboração de um novo Plano Plurianual de Ação- PPA 2008-2011. Foram várias reuniões para a definição de balizamentos operacionais, definições conceituais, análises temáticas e discussões de política até a formatação de uma proposta de plano que realmente refletisse por meio de diretrizes, metas e finalidades o que demanda a Região e a que se propõe o Órgão, no caso a nova SUDENE, a realizar. Fato é que as discussões já vinham se valendo, na medida do possível, de um cenário em transição.

Não se pode contudo, deixar de enfatizar que a situação de indefinição institucional proporcionou um certo arrefecimento na agenda dos debates com a sociedade da área de atuação da SUDENE, para a elaboração de uma programação composta por projetos e ações, particularmente em um ano de elaboração de um novo PPA.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO ADENE PARA A SUDENE

Com a extinção da ADENE em 28/08/07 e por solicitação do Ministério da Integração Nacional, entre os dias 03 e 05/09/2007 foram anulados todos os empenhos emitidos e efetuado o bloqueio das dotações (saldos orçamentários) com o objetivo de possibilitar e agilizar o processo de transposição desse orçamento da ADENE (DE/PARA) para a nova Autarquia. Contudo, mesmo com a extinção da Agência e bloqueio do orçamento remanescente, e para que fosse possível o pagamento da folha de salários dos servidores do mês de setembro de 2007 haja vista que a nova SUDENE ainda não existia efetivamente, foram realizados alguns procedimentos operacionais, necessários e indispensáveis, naquele órgão extinto, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, tais como : desbloqueio apenas do orçamento, então bloqueado, relativo às ações vinculadas à folha (pessoal ativo e aposentado, plano de seguridade do servidor, auxílios alimentação e transporte e assistência pré-escolar). A partir desse procedimento foi realizado o pagamento das folhas dos meses de outubro e novembro de 2007, autorizadas no SIAFI pelo ordenador de despesa José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, responsável pela SUDENE por meio de decisão judicial, e pelo gestor financeiro substituto Brivaldo José de Vasconcelos Soares.

O procedimento de transposição de saldo de dotação/orçamentário foi feito por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, conforme estabelece o artigo 74 da Lei nº 11.439 (LDO) e Portaria nº 5 de 22/02/2007, da Secretaria de Orçamento Federal/MP, ou seja, com o bloqueio dos saldos das ações no SIAFI, exceto daquelas vinculadas a folha de pagamento, foram adotadas as medidas que se faziam necessárias naquele sistema. A inserção desses dados no SIDOR foi possível uma vez que já existia, desde o mês de setembro de 2007, de um lado a Unidade Orçamentária na ADENE (53206), e do outro, a recém criada Unidade Orçamentária da SUDENE (53203). O procedimento antes mencionado foi feito considerando inclusive as ações relativas à folha de pagamento dos servidores.

Em e-mail enviado no dia 04/10/2007 ao Sr. José Galdino, da Secretaria de Orçamento Federal, também encaminhado ao Sr. Gilson Pereira da Coordenação-Geral de Orçamento do Ministério da Integração Nacional, além de diversos dirigentes da própria Autarquia, o gestor financeiro substituto Brivaldo José de Vasconcelos Soares informou as alterações efetuadas nos valores bloqueados haja vista a urgência para o pagamento da folha dos servidores relativa a setembro, mas também chamava a atenção para a notícia sobre a sanção de um Decreto, pois este era o nível da informação naquele momento, que trataria do remanejamento do saldo orçamentário da ADENE para a SUDENE aré então ainda não visualizado no site da Presidência da República, e chamava a atenção para dois possíveis problemas : a) incompatibilidade de valores com a fita a ser gerada pelo citado Decreto uma vez que as informações iniciais foram alteradas e que não havia sido efetuado um novo bloqueio com os valores atualizados; b) impossibilidade de geração dessa fita magnética de transposição do saldo orçamentário da ADENE para a SUDENE face a edição do suposto Decreto tendo em vista a inexistência de Unidade Gestora/Gestão para a nova Autarquia. Mesmo com essa observação o Decreto saiu, DOU de 04/10/2007, e a fita magnética foi gerada em 05/10/2007, envolvendo as unidades gestoras/gestões 533002/53206 - ADENE e a 193139/19203 – SUDENE, sendo que esta última Unidade Gestora/Gestão pertencia à extinta SUDENE, Autarquia criada pela Lei nº 3.692 de 1.959 (Lei Ordinária). Esse procedimento jamais poderia ter ocorrido uma vez que a SUDENE atual foi criada por Lei Complementar de 2007 (LC nº 125/2007) e deveriam ser criadas Unidade Gestora/Gestão novos (como foi mais adiante criada), atrelados a um CNPJ também novo. Foi tentada a reversão do quadro contactando com servidores do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal/MP, no entanto, não se logrou êxito.

Em 08/10/2007, novo e-mail foi enviado pelo gestor financeiro substituto Brivaldo José de Vasconcelos Soares ao Senhor José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos e outros servidores da ADENE/SUDENE, bem como aos senhores Gilson Pereira, do Ministério da Integração Nacional e José Galdino, da Secretaria de Orçamento Federal/MP, por meio do qual foi ratificada e confirmada, a mesma preocupação antes informada.

Em 18 de dezembro de 2007 foi criado o CNPJ para a nova SUDENE, e a partir de 24 do referido mês já foi possível operacionalizar o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI nessa nova Autarquia (emitir empenhos e realizar pagamentos). Também no mês de dezembro foram aprovados créditos suplementares para as ações de pessoal ativo e aposentado, plano de seguridade do servidor, auxílios alimentação e transporte e assistência médica e odontológica, e esses créditos foram lançados na extinta SUDENE. Os saldos orçamentários transferidos de forma equivocada para a extinta SUDENE e os créditos suplementares abertos no mês de dezembro foram remanejados para a nova SUDENE. Os saldos contábeis de contas que permitiam transferência também foram remanejados da extinta ADENE para a nova Autarquia;

Os créditos suplementares abertos no exercício de 2007 tiveram como origem de financiamento dos gastos a anulação parcial de dotação da ação Administração da Unidade no valor de R\$ 131.458,00 para reforçar o orçamento das ações Auxílios Alimentação e Transporte e Assistência Médica e Odontológica e, a Reserva de Contingência do Orçamento Geral da União – OGU para reforçar o orçamento das ações de Pessoal e Ativo e Aposentados/Pensionista e o Plano de Seguridade do Servidor, gastos estes relacionados ao grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

Em 2007 a Adene teve sob sua responsabilidade 09 programas do PPA 2004/2007, que contemplaram 23 ações selecionadas, mais o FDNE, tendo como foco estratégico o cumprimento da sua Missão Institucional e as metas previstas no PPA 2004-2007 e no Plano de Ação 2007 aprovado pela Diretoria Colegiada, que agregou, além do orçamento 2007, os RAPs 2005 e 2006. A seguir a relação dos programas e respectivas ações:

Tabela 1
Programas e Ações do PPA 2004-2007 – Ênfase 2007

Programa	Ação
0750- Apoio Administrativo	2000 - Administração da Unidade
	2004 - Assistência Médica e Odontológica
	2012 – Auxílio Alimentação
	2011 – Auxílio Transporte
	2010 – Assistência Pré-escolar
	09HB – Contrib. União Autarquias e Fund para o Custeio do regime de Previdência dos Serv. Públicos Federais
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.
0512 - Zoneamento Ecológico Econômico	8689 – Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual
1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER	0682 - Apoio a Arranjos Produtivos Locais
	4640 – Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade.
	2272 - Gestão e Administração do Programa
1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO	2272 – Gestão e Administração do Programa
	6424 – Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais
1047 - CONVIVER	2272 – Gestão e Administração do Programa
	4652 – Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido
	2819 – Capacitação e Manutenção para gestão de Pequenas obras Hídricas
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	4518 – Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste
8009 – organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUIR	4831– Capacitação de Técnicos Multiplicadores , diretores de laboratórios organizacionais e empreendedores
	0692 – Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos
	4534 – Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2272 – Gestão e Administração do Programa
	8349– Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Macrorregional
	4572 – Capacitação De Servidores Públicos Federais Em Processo De Qualificação e Requalificação

0902 – Operações Especiais com Retorno - FDNE	---

O orçamento da ADENE para 2007, e sua distribuição por programa do PPA, encontra-se detalhado na Tabela adiante.

TABELA 2
Valores da LOA 2007 e Limites Autorizados
Segundo Programas do PPA

ESPECIFICAÇÃO	LOA (+) CRÉDITOS			ORÇAMENTO AUTORIZADO		
	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
	(a)	(b)	c=(a+b)	(d)	(e)	f = (d+e)
0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	108.170	37.850	146.020	1.500	0	1.500
0750 – APOIO ADMINISTRATIVO (adm. Da unidade; assist. médica e odontológica dos serv.; auxílio aliment.; auxílio transporte; Assist. Pré-escolar)	13.746.907	500.000	14.246.907	8.299.372	450.000	8.749.372
0757 – GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENV. REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.250.000	0	1.250.000	290.000	0	290.000
1022 – PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECON. SUB REGIÕES - PROMOVER	350.000	430.000	780.000	150.000	0	150.000
1025 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO	0	200.000	200.000	0	0	0
1047 – DESENVOLVIMENTO INTEG. SUST. SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	422.787	13.092	435.879	101.096	0	101.096
1343 - DESENV. SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	100.000	0	100.000	3.200	0	3.200
8009 - ORG. PROD. COMUM. POBRES - PRODUZIR	220.000	0	220.000	0	0	0
SUBTOTAL (1)	16.197.864	1.180.942	17.378.806	8.845.168	450.000	9.295.168
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO (Gastos com Pessoal e Encargos Sociais)	8.228.911	0	8.228.911	8.228.911	0	8.228.911
0089 - PREV. DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	100.745	0	100.745	100.745	0	100.745
SUBTOTAL (2)	8.329.656	0	8.329.656	8.329.656	0	8.329.656
TOTAL (1+2)	24.527.520	1.180.942	25.708.462	17.174.824	450.000	17.624.824
CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS RECEBIDOS						
02.061.0571.4256.0001 - (000543) - APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA - TRT CONDOMÍNIO	716.421	0	716.421	0	0	0
04.122.0750.2000.0001 - ADMINISTRAÇÃO UNIDADE (001338) – IBGE CONDOMÍNIO	40.059	0	40.059	0	0	0
04.122.0750.2000.0001 - ADMINISTRAÇÃO UNIDADE (007328) – UGFIN CONDOMÍNIO	18.482	0	18.482	0	0	0
SUBTOTAL (3)	774.962	0	774.962	0	0	0
0902 – OPERAÇÕES ESP. C/ RETORNO - FDNE	0	1.156.100.000	1.156.100.000	0	1.156.100.000	1.156.100.000
SUBTOTAL (4)		1.156.100.000	1.156.100.000	0	1.156.100.000	1.156.100.000
TOTAL (1+2+3+4)	25.302.482	1.157.280.942	1.182.583.424	17.174.824	1.156.550.000	1.173.724.824

Fonte : SUDENE/CGAF/COCF e SOF/MPO e DGE/MI.

TABELA 3
Créditos Descentralizados e Despesas Empenhadas e Pagas
Segundo Programas do PPA

ESPECIFICAÇÃO	CRÉD. DESCENT. CUSTEIO	DESPESA EMPENHADA			DESPESA PAGA		
		CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
	(a)	(b)	c =(a+b)	(d)	(e)	f=(d+e)	
0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	0	0	0	0	0	0	0
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO (adm. da unidade; assist. médica e odontológica dos serv.; auxílio aliment.; auxílio transporte; Assist. Pré-escolar)	0	2.682.647	3.237	2.685.884	2.682.647	3.237	2.685.884
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENV. REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	0	104.754	0	104.754	104.754	0	104.754
1022 - PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECON. SUB REGIÕES - PROMOVER	0	17.589	0	17.589	17.589	0	17.589
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	0	0	0	0	0	0	0

Continua

Continuação

ESPECIFICAÇÃO	CRÉD. DESCENT.	DESPESA EMPENHADA			DESPESA PAGA		
	CUSTEIO	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
		(a)	(b)	c=(a+b)	(d)	(e)	f=(d+e)
1047 - DESENVOLVIMENTO INTEG. SUST. SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	0	0	0	0	0	0	0
1343 - DESENV. SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	0	0	0	0	0	0	0
8009 - ORG. PROD. COMUM. POBRES - PRODUZIR	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL (1)	0	2.804.990	3.237	2.808.227	2.804.990	3.237	2.808.227
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO (Gastos com Pessoal e Encargos Sociais)	0	8.134.586	0	8.134.586	8.134.586	0	8.134.586
0089 - PREV. DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	0	95.411	0	95.411	95.411	0	95.411
SUBTOTAL (2)	0	8.229.997	0	8.229.997	8.229.997	0	8.229.997
TOTAL (1+2)	0	11.034.987	3.237	11.038.224	11.034.987	3.237	11.038.224
02.061.0571.4256.0001 - (000543) - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA - TRT - CONDOMÍNIO TRT	716.421	716.421	0	716.421	716.421	0	716.421
04.122.0750.2000.0001 - ADMINISTRAÇÃO UNIDADE (001338) - CONDOMÍNIO IBGE	40.059	40.059	0	40.059	40.059	0	40.059
04.122.0750.2000.0001 - ADMINISTRAÇÃO UNIDADE (007328) - CONDOMÍNIO UGFIN	18.482	18.482	0	18.482	18.482	0	18.482
SUBTOTAL (3)	774.962	774.962	0	774.962	774.962	0	774.962
TOTAL (1+2+3)	774.962	11.809.949	3.237	11.813.186	11.809.949	3.237	11.813.186

Fonte : SUDENE/CGAF/COCF.

TABELA 4
Valores dos Convênios com Restos a Pagar processados em 2007

RESTOS A PAGAR 2005

PROGRAMA	EM 2005			EM 2006		
	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR LIBERADO	VALOR INSC EM RP	PAGO	CANCELADO	SALDO
ZONEAMENTO ECOLÓG	225.528,00	0	225.528,00	150.000,00	0	75.528,00
GESTÃO DA POLÍTICA	215.600,00	0	215.600,00	215.600,00	0	0,00
PROMOVER	1.628.850,86	98.879,00	1.529.971,86	1.016.653,00	0	513.318,86
CONVIVER	676.693,00	0	676.693,00	424.737,54	0	251.955,46
PRODUZIR	140.000,00	75.880,00	64.120,00	64.120,00	0	0,00
AQUICULTURA	185.000,00	0	185.000,00	110.000,00	0	75.000,00
TOTAL	3.071.671,86	174.759,00	2.896.912,86	1.981.110,54	0,00	915.802,32

continua

Valores dos Convênios com Restos a Pagar processados em 2007

RESTOS A PAGAR 2005

continuação

PROGRAMA	EM 2007		
	SALDO DE 2006	PAGO	SALDO
ZONEAMENTO ECOLÓG	75.528,00	0	75.528,00
GESTÃO DA POLÍTICA	0	0	0
PROMOVER	513.318,86	95.973,00	417.345,86
CONVIVER	251.955,46	50.000,00	201.955,46
PRODUZIR	0	0	0
AQUICULTURA	75.000,00	0	75.000,00
TOTAL	915.802,32	0,00	769.829,32

TABELA 5
Valores dos Convênios com Restos a Pagar processados em 2007

RESTOS A PAGAR 2006

PROGRAMA	EM 2006			EM 2007		
	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR LIBERADO	VALOR INSC EM RP	VALOR LIBERADO	CANCELADO	SALDO
PROMOVER	459.378,00	0,00	459.378,00	145.500,00	0,00	313.878,00
PRODUZIR	209.856,00	0,00	209.856,00	49.728,00	0,00	160.128,00
GESTÃO DA POLÍTICA	435.045,00	0,00	435.045,00	189.250,00	0,00	245.795,00
AQUICULTURA	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
TOTAL	1.124.279,00	0,00	1.124.279,00	404.478,00	0,00	719.801,00

4.1. PROGRAMAS

4.1.1. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

4.1.1.1 Dados Gerais

Tipo de Programa: Apoio administrativo
Objetivo Geral: Prover os órgãos da união dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do Programa: Ministério da Integração Nacional
Gerente Executivo:
Indicadores:
Público-alvo:

4.1.1.2 Gestão das ações

ORÇAMENTO 2007

4.1.1.2. 1. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

a) Dados gerais

Tipo: Apoio administrativo
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: CGAF – Coordenação Geral de Adm. e Finanças
Coordenador nacional: Ministério da Integração Nacional
Responsável pela execução da ação no nível local: Brivaldo Vasconcelos Soares

b) Resultados

Projeto: Manutenção e Estruturação das Unidades Administrativas

Objetivo: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos

orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Resultados Financeiros: Foram destinados da LOA+Créditos, R\$ 13.096.120,00 para custeio e R\$ 500.000,00 para investimento, totalizando R\$ 13.596.120,00. O limite autorizado para custeio foi de R\$ 7.648.585,00 e para investimento, R\$ 450.000,00, totalizando R\$ 8.098.585,00, tendo sido empenhado e pago em 2007, o valor de R\$ 2.135.643,00 para custeio e R\$ 3.237,00 para investimento, totalizando R\$ 2.138.880,00, processados pelo SIAFI. Para os gastos com pessoal e encargos sociais foram destinados na LOA R\$ 8.329.656,00, sendo autorizado o mesmo valor, e empenhado e liquidado R\$ 8.229.997,00 uma vez que, mesmo após a extinção em 28/08/07, a ADENE continuou processando a folha de pessoal.

Avaliação Crítica: Disfunção estrutural e situacional ocasionada com a extinção da ADENE, pelo Decreto. Nº 6.198, publicado em 28 de agosto de 2007, que também regulamentou a SUDENE. Prejudicou e inviabilizou o alcance das metas financeiras pela falta de recursos a partir dessa data, deixando a SUDENE por quase quatro meses sem poder honrar com seus compromissos por não dispor de Ordenador de Despesa, CNPJ, entre outros. A exceção ficou por conta da folha de pessoal que foi executada até o mês de novembro na ADENE.

4.1.1.2.2. AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção de saúde física e mental.
Descrição: Concessão de benefício, de assistência médica-hospitalar e odontológica para servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Inexistente no SIGPLAN
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: CGAF – Coordenação Geral de Adm. e Finanças
Coordenador nacional: Ministério da Integração Nacional
Responsável pela execução da ação no nível local: Brivaldo Vasconcelos Soares

b) Resultados

Resultados Financeiros: Foram aprovados pela LOA R\$ 129.024,00., tendo sido pagos até novembro/2007 R\$ 99.196,00, com execução de 76% até esta data.

4.1.1.2.3. AÇÃO 2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3 do Decreto 977, de 10/1 1/93.
Descrição: concessão do benefício pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimentos, dos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: CGAF – Coordenação Geral de Adm. e Finanças
Coordenador nacional: Ministério da Integração Nacional
Responsável pela execução da ação no nível local: Brivaldo Vasconcelos Soares

b) Resultados

Resultados Financeiros: Foram aprovados pela LOA e autorizados R\$ 16.632,00, com empenho e pagamento de R\$ 5.706,00, até novembro/2007, representando 34,% de execução para um atendimento médio mensal a 09 crianças de 0 a 5 anos no exercício.

4.1.1.2.4. AÇÃO 2011 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**a) Dados Gerais**

Tipo: Atividade
Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e funcional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedade de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição: pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatoria, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e funcional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: CGAF – Coordenação Geral de Adm. e Finanças
Coordenador nacional: Ministério da Integração Nacional
Responsável pela execução da ação no nível local: Brivaldo Vasconcelos Soares

b) Resultados

Resultados Financeiros: Foram aprovados pela LOA+Créditos, um total de R\$ 247.808,00, com limite autorizado no mesmo valor, e empenhado e pago até novembro/2007 R\$ 201.980,00, representando 81,5% da execução para um atendimento médio mensal a 145 servidores, no exercício até o mês de novembro. Houve aumento na realização da ação em alguns meses, devido às redistribuições para a ADENE.

4.1.1.2.5. AÇÃO 2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**a) Dados gerais**

Tipo: Atividade
Finalidade: Conceder o auxílio alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório, de acordo com a LEI 9527/97
Descrição: concessão em caráter indenizatório do auxílio alimentação e sob forma de pecúnia aos servidores e empregados ativos, de acordo com Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou ainda por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: CGAF – Coordenação Geral de Adm. e Finanças
Coordenador nacional: Ministério da Integração Nacional
Responsável pela execução da ação no nível local: Brivaldo Vasconcelos Soares

b) Resultados

Resultados Financeiros: Foram aprovados pela LOA+Créditos o total de R\$ 257.323,00, sendo o limite autorizado fixado no mesmo valor. Foram empenhados e pagos até novembro/2007, o montante de R\$ 240.122.00. Representando 93% de execução para um atendimento médio mensal a 169 servidores, no exercício até o mês de novembro. Houve aumento na realização da ação em alguns meses, devido às redistribuições para a ADENE.

4.1.1.2.6. AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

a) Dados Gerais

Tipo: Operações Especiais
Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição: pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: CGAF – Coordenação Geral de Administração e Finanças
Coordenador nacional: Ministério da Integração
Responsável pela execução da ação no nível local: Brivaldo Vasconcelos Soares

b) Resultados

Resultados Financeiros: Foram destinados à ação pela LOA+Créditos, R\$ 1.194.503,00, com limite autorizado fixado no mesmo valor. Foram empenhados e pagos, R\$ 1.165.410,00.

4.1.2. PROGRAMA 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

4.1.2.1 Dados Gerais.

Tipo: Finalístico
Objetivo Geral: Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.
Gerente do programa: Ministério do Meio Ambiente
Gerente executivo: MMA/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
Indicadores: taxa de zoneamento do território nacional
Público-alvo: Agentes de planejamento e gestão ambiental regionais e nacionais e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle de fomento, investidores e trabalhadores).

RAP 2005

4.1.2.2. Gestão das ações

4.1.2.2.1. AÇÃO 8689 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO ESTADUAL

a) Dados Gerais

Tipo: atividade
Finalidade: Fornecer instrumentos relevantes para o planejamento e o desenvolvimento sustentável de áreas selecionadas, visando conhecer as potencialidades e as limitações econômicas e ambientais a fim de definir atividades adequadas ao mercado e à capacidade de suporte ambiental.
Descrição: Realização de estudos que permitam delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas selecionadas, de forma a orientar os investimentos públicos e privados em bases sustentáveis, a ordenar e planejar a expansão da fronteira agrícola, e disponibilizar aos órgãos de desenvolvimento estaduais e regional uma base de informações e de diretrizes de planejamento consolidados e a fortalecer as atividades industriais, de maneira ordenada e sustentável, respeitando os condicionantes ambientais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Adene
Unidades executoras: Ministério da Integração Nacional (Secretaria e vinculadas)
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução : Ministério da Integração Nacional (Secretaria e vinculadas)
Coordenador da ação:
Responsável pela execução da ação no nível local : Carlos Almiro Moreira Pinto

b) Resultados

Projeto: Zoneamento Pedoclimático da Mesorregião Chapada do Araripe, Estados do PE, PI e CE
Processo n° 59333.000207/2005-88 ZEE
Convênio : ADENE/FACEPE/EMBRAPA

Objetivo: Proporcionar o conhecimento do potencial agroecológico e pedoclimático por cultura, em condições de sequeiro em 47 municípios da Mesorregião da Chapada do Araripe, em uma área correspondente a aproximadamente 31.000 Km².

Beneficiários: Agentes de planejamento e gestão ambiental regionais e nacionais e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle de fomento, investidores e trabalhadores).

Parceiros: Os estudos estão sendo viabilizados em parceria com a FACEPE e com a EMBRAPA - Solos.

Indicadores: Eficiência: será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades, verificada por meio de vistorias. Informação prejudicada pela inconclusão do projeto.

Eficácia: percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Informação prejudicada em face do contingenciamento de recursos para verificação "in loco".

Metas Físicas e Resultados Financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1. Formação do acervo bibliográfico e cartográfico do projeto	01	2 Relatórios	Em fase de conclusão		
2.1. Elaboração das legendas dos mapas	Legendas de 47 municípios	Efetuada o levantamento de solos e as legendas em 22 municípios (18 completos e 4 parcialmente)			
2.2 Análise laboratoriais das amostras de solo;	47	20%			
3.1 Processamento das informações;	47	10%			
3.2 Geoprocessamento Digitalização de mapas e cruzamentos);	47 mapas	45%			
4.1. Elaboração de Relatório técnico;	01	-			
4.2. Revisão e compilação;	01	-			
5.1 Organização e processamento de Banco de Dados	01	-			
5.2 Confecção de CD-Rom.	01	-			

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: O valor do convênio (Recursos da União) foi de R\$ 225.528,00. Foram liberados para a FACEPE em 02/05/2006 recursos no valor de R\$ 150.000,00 referentes à primeira parcela, o que equivale a 66,5 % do total, ficando o valor de R\$ 75.528,00 inscrito em Restos a Pagar.

Até o momento foram gastos R\$ 43.000,00, o que representa percentual de aproximadamente 28 % do total liberado. Em situação de pendência a liberação da 2ª parcela, por recomendação da Procuradoria junto à ADENE até que sejam sanadas as irregularidades.

Avaliação Crítica: O cronograma de execução físico - financeiro encontra-se em atraso. A principal causa apontada para o não cumprimento do cronograma físico e financeiro da ação está relacionada principalmente com a falta de capacidade operacional da executora (EMBRAPA) em decorrência da realização de trabalhos em outros estados, comprometendo esta ação. Convém salientar que a ADENE cobrou insistentemente o encaminhamento de relatórios técnicos e financeiros, através de mensagens eletrônicas e de ofício, que estão anexadas ao bojo do processo;

Como medida saneadora decorrente da disfunção estrutural detectada, pela falta de capacidade operacional da EMBRAPA, foi realizada, em 16/01/07, reunião na Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social- GDPS/ADENE com a citada entidade, oportunidade na qual foram estabelecidas as seguintes medidas:

- Todos os encaminhamentos burocráticos deverão ser encaminhados à FACEPE, uma vez que a mesma é a gestora do projeto técnico-financeiro;
- Preparação, com urgência, do termo de compromisso entre a Embrapa e a FACEPE de acordo com a minuta do convênio, entre a ADENE e FACEPE - ver sub-cláusula primeira do artigo 2 do contrato;
- Retificação do relatório técnico que foi encaminhado diretamente para a ADENE - no plano de trabalho, colocar os meses e retirar itens que não constam no plano de trabalho do convênio, como por exemplo, atividades de capacitação;
- Apresentação de um relatório técnico-financeiro (apresentar gastos para a ADENE) até o dia 25 de fev de 2007.
- Correção das datas dos mapas de Acauã, pois a data foi de dezembro de 2005;
- Colocação de logomarcas da ADENE e da FACEPE em todos os produtos gerados (mapas, relatórios, etc.);

- Apresentação do cronograma de atividades de campo à ADENE, uma vez que deverá ter a participação de técnicos da ADENE;
- Apresentação, com urgência, da relação dos bolsistas para apoio ao projeto;
- Apresentação do número da conta, com urgência, à FACEPE, para os devidos encaminhamentos financeiros.

Embora tenha ocorrido um avanço, os trabalhos de execução deste zoneamento continuam atrasados em relação ao cronograma aprovado.

Foi concedida uma prorrogação de prazo para a conclusão de suas atividades, tendo em vista que o anterior expiraria no mês de julho, sendo o término da nova vigência estipulado para a data de 31/05/2008, conforme o 1º Termo Aditivo.

Foi realizada uma visita de acompanhamento das atividades de campo na área de atuação do Projeto (junho/2007) e se verificou que, considerando apenas a parte física, acredita-se que o trabalho de campo, em execução na área onde foi feita a visita técnica de acompanhamento, vinha ocorrendo de forma satisfatória.

Como medida saneadora foi realizada em 20.08.07 uma reunião entre as partes, envolvendo pelo lado do Conveniente, a FACEPE e EMBRAPA Solos e pela ADENE, com as presenças da Auditoria, Procuradoria, Gerência de Desenvolvimento e Promoção Social - GDPS, onde foram apresentadas as dificuldades de execução, especificamente em relação a metas, prazo e recursos, tendo-se definido as medidas corretivas para solução do problema a partir de material apresentado pelo Conveniente, foram levantados pela área técnica aspectos objeto de questionamentos que necessitam de esclarecimentos por parte da mesma e também um posicionamento de diferentes setores da ADENE sobre os pontos que lhes dizem respeito. Dessa forma, vem sendo encaminhada para que ocorra a tramitação para o processo de análise e posicionamento dos setores.

Até o momento, houve apenas o posicionamento da Procuradoria que aponta para a identificação de irregularidades, recomendando que não seja liberada a segunda parcela em favor do Conveniente, até que sejam sanadas tais pendências. Em reunião realizada em 26/12/2007, com Dirigentes da SUDENE, ficou acordado que seria notificada a FACEPE sobre as pendências destacadas pela Procuradoria e Auditoria para uma tomada de solução posteriormente.

Foi encaminhado à FACEPE Ofício 120/08/SUDENE-GAB, de 29 de janeiro de 2008, informando que após análises pelas áreas técnicas e Procuradoria e Auditoria, foram constatadas impropriedades na execução do convênio determinando que sejam sanadas estas pendências em prazo de trinta dias. Estas irregularidades foram constatadas nos pareceres da PRD e RAINST nº 006/2007 e seguiu para a FACEPE.

Em reunião no dia 18 de fevereiro de 2008, na sala JK, foi realizada reunião entre SUDENE e FACEPE, por solicitação desta última, onde foram discutidos as pendências acima referidas e, na ocasião, a FACEPE, através do seu Presidente Diogo Simões, entregou Ofício FACEPE DI Nº 012/2008 de 13 de fevereiro de 2008, que trata do encaminhamento de Prestação de Contas para o período de março a dezembro de 2007. O Processo encontra-se na PRD para análise.

Tendo em vista que FACEPE apenas se reportou aos custos relativos a Bolsas, foi encaminhado novo Ofício (237/2008/SUDENE-GAB de 03/03/2008), solicitando relatório físico/financeiro das atividades realizadas pela EMBRAPA a fim de que a área técnica possa se posicionar quanto à eficácia do convênio e realizar fiscalização/acompanhamento da avença.

Responsável pela implementação das medidas :

Carlos Almiro Moreira Pinto

4.1.3. PROGRAMA 1022 – PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES – PROMOVER

4.1.3.1. Dados gerais

Tipo: Finalístico
Objetivo Geral: Promover, em espaços sub-regionais, com potencial dinâmico, a inserção competitiva de atividades produtivas nas economias local, regional, nacional e internacional
Gerente do programa: Ministério da Integração Nacional
Gerente executivo: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Indicadores: Faturamento bruto dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, atendidos pelo Programa; número de ocupações gerado nos APLs apoiados pelo Programa.
Público-alvo investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.

RAP 2005

4.1.3.2. Gestão das ações

4.1.3.2.1. AÇÃO 0682 - APOIO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

a) Dados Gerais

Tipo: Operações Especiais
Finalidade: Incrementar a competitividade de empresas, de pequenos e médios empreendimentos, de associações
Descrição: Identificação e implementação de oportunidades e criação e desenvolvimento de empreendimento produtivos associativos ou que dêem suporte técnico produtivo a um número considerável de produtores de um APL, difusão de informações e tecnologia, fortalecimento da capacidade produtiva e dos processos produtivos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Unidades executoras: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculadas)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Gerencia de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social - GDPS/ADENE
Coordenador nacional de ação:
Responsável pela execução da ação no nível local : Carlos Almiro Moreira Pinto

Por meio da Ação, a inserção competitiva de empresas, pequenos e médios empreendimentos, associações produtivas e outras instituições correlatas, tem por objetivo promover o desenvolvimento local e regional, voltados para: identificação e implementação de oportunidades de criação de empreendimentos; difusão de informações e tecnologias; fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); mobilização e capacitação de recursos humanos e institucionais; criação de um ambiente favorável ao empreendimento de novas oportunidades de mercado; e melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

b) Resultados**Projeto : Fortalecimento da Piscicultura da Sub-região de Xingó.**

Processo nº 59333.000391/2005-66 Convênio: ADENE/Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó.

Objetivo: Propiciar noções gerenciais e organizacionais empregadas na produção e na comercialização do pescado com vistas à competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos.

Beneficiários: Piscicultores e colonos da Sub-região de Xingó (PE, AL, SE)

Parceiros: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, SEBRAE, Universidades da Mesorregião e Prefeituras Municipais.

Indicadores: Eficiência: será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios. 100% dos recursos foram aplicados nas metas previstas

Eficácia: 100% das metas previstas foram concluídas.

Metas Físicas e Resultados Financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1- Empreendimentos a serem visitados	05	05 empreendimentos assistidos e em pleno funcionamento	-		
2- Piscicultores a serem capacitados	186	113 produtores participaram dos cursos, representando 61 %	-		
3- Cursos de Gestão e Comercialização a serem realizados	09	09 cursos realizados	-		
4 -Relatório de Avaliação	01	-	100% realizado		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos financeiros programados somam R\$100.000,00. Foram liberadas a 1ª parcela em 19/04/2006 no valor de R\$ 50.990,55 e a 2ª parcela em 14/08/06, no valor de R\$ 49.009,00, correspondendo a 100 % do total dos recursos programados.

Avaliação Crítica : O Convênio, que teve sua vigência encerrada em 20/04/07, foi objeto de análise por parte da CGU, tendo essa Controladoria levantado questionamentos relacionados à execução das ações do Projeto. Tais questionamentos suscitaram esclarecimentos tanto da Adene, como do Instituto Xingó. Em 14 de agosto de 2007 foi emitido pela GDPS o Laudo Técnico, que concluiu que as atividades físicas previstas no seu Plano de Trabalho foram realizadas, devendo a análise dos aspectos contábeis e legais serem analisados por área competente da ADENE. A área técnica já elaborou o Laudo Técnico.

Responsável pela implementação das Medidas :

Carlos Almira Moreira Pinto

Projeto : Fortalecimento do Agronegócio da Ovinocaprinocultura no Cristalino/Seridó Paraibano.

Processo : 59333.000357/2005-91

Convênio: ADENE/Governo do Estado da Paraíba/ Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP.

Objetivo: Fortalecer as atividades da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura na sub-região do Cristalino/Seridó da Paraíba, organizadas em associação de produtores, que atuam com gestão compartilhada orientadas para o mercado e com visão empreendedora dentro do Arranjo Produtivo Local.

Beneficiários: Associações de produtores familiares da ovinocaprinocultura da sub-região do Cristalino/Seridó da Paraíba.

Parceiros: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca.

Indicadores : Eficiência : Este item não pode ser avaliado em virtude da execução de processos licitatórios ainda em curso.

Eficiência : Apenas 8% das metas foram executadas

Metas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1- Implantação de áreas demonstrativas de palma forrageira;	20				
2 - Implantação de bancos de proteína nativa;	20				
3 - Capacitação de produtores em conservação de forragens, em andamento;	400				
4 - Realização de cursos de APPCC E PBF;	10				
5 - Capacitação de produtores em escrituração zootécnica;	400				
6 - Melhoramento Genético em matrizes leiteiras;	1000				
7 - Controle sanitário de unidades do rebanho.	1500				

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos financeiros programados somam R\$ 299.640,00. Foram liberados em 30/06/2006 R\$ 148.050,00. Foram liberados 49,41 % dos recursos financeiros da União. Estão na condição de “a liberar”, R\$ 151.590,00.

Avaliação Crítica: O convênio expirou em 31.10.07 e se encontra em atraso na execução que se deve à centralização das compras pelo Estado e da mudança no Sistema Administrativo para aquisição de materiais e equipamentos aliado à determinação que para convênios federais seria necessário o Pregão Eletrônico, necessitando inclusive capacitação dos técnicos para assumirem esta modalidade.

Em 17.10.2007 foi solicitada nova prorrogação para 30.06.2008 com Plano de Trabalho ajustado e parecer técnico aprovando, bem como a prestação de contas referente à primeira parcela do convênio, sobre a qual se emitiu parecer técnico favorável.

Termo Aditivo de prorrogação encaminhado ao Ministério da Integração em virtude de não existir, na ADENE, nomeação oficial dos Dirigentes. Todavia, o Ministério não encaminhou nenhuma resposta oficial sobre a prorrogação pretendida o que levou ao encerramento da avença. Aguardando prestação de contas final

Responsável pela Implementação das medidas:

Marcelo de Castro Viana,

Projeto : Fortalecimento do agronegócio da ovinocaprinocultura na Sub-região do Pajeú-PE (produtores de leite beneficiados com a construção de uma usina de leite)

Processo nº 59333.000332/2005-98

Convênio : Prefeitura do Município de Iguaracy/PE

Objetivo :Implantar/construir uma usina de leite para beneficiamento do leite de cabra no município de Iguaracy-Estado de Pernambuco.

Beneficiário : Produtores de leite de cabra e de derivados.

Parceiros : Prefeitura do Município de Iguaracy/PE.

Indicadores : Eficiência será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficiência : percentual de alcance das metas em relação ao previsto - 84,25%

Metas Físicas e Resultados Financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1- Construção do prédio da usina de beneficiamento de leite.	01	90%	100% concluída		
2 –Aquisição de equipamentos		-	-		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos financeiros programados pelo Concedente somam R\$ 181.915,00. Foram liberados R\$ R\$ 153.267,00, correspondentes a 84,25 %. Restam recursos a liberar no montante de R\$ 28.648,00, para aquisição dos equipamentos. O recurso que faltava foi liberado no dia 09/01/2008 através da 2008OB900008. Esta ação foi concretizada após a liberação do CNPJ da nova Sudene junto à Receita Federal do Brasil.

Avaliação crítica: Em 2006 foram realizadas três visitas de supervisão, tudo dentro da normalidade respeitados os atrasos na disponibilização dos recursos.

O Conveniente apresentou prestação de contas parcial referente a primeira parcela e solicitou a liberação da última parcela do convênio. Realizada viagem de fiscalização e monitoramento em 18/07/2007 pela área técnica e elaborado parecer sob os aspectos técnicos (GDPS) e financeiros (COCF) favoráveis à aprovação. Por motivos operacionais a vigência do convênio foi prorrogada de ofício para 31.12.2007. Saliente-se que a extinção da ADENE prejudicou a liberação da última parcela que só ocorreu em 10/01/2008, impedindo que a meta 2 fosse cumprida. O convênio foi prorrogado de ofício para 31/03/2008.

Responsável pela Implementação das medidas :

Marcelo de Castro Viana.

Projeto : Fortalecimento do agronegócio da ovinocaprinocultura na Sub-região Oeste Potiguar – RN

Processo nº 59333.000377/2005-62

Convênio : ADENE/Governo do Estado do Rio G. do Norte

Objetivo : Contribuir para o desenvolvimento de um modelo de organização e de gestão da caprinovinocultura e o fortalecimento da cadeia produtiva, com conseqüente ampliação dos negócios e oportunidades de emprego em vários elos da produção e da comercialização do leite, da carne, da pele e derivados.

Beneficiários : 155 Produtores da Mesorregião do Cristalino Oeste Potiguar/RN de forma direta e 300 produtores de forma indireta.

Parceiros : Governo do Estado do Rio Grande do Norte, EMATER, EMPARN, SEBRAE e SENAI.

Indicadores Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios. (Aguarda-se relatório final).

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. (Aguarda-se relatório final).

Metas Físicas e Resultados Financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1.ORGANIZAÇÃO SETORIAL : Reuniões de divulgação do projeto; Cadastro de produtores.	12 186		12 186		
2.DEFESA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA : Funcionamento do laboratório fixo e móvel ; Realização de exames dentre parasitológicos e de ultra-sonografia; Divulgação e aplicação de tecnologias tradicionais e inovadoras para o controle sanitário do rebanho de produtores .	2 775 186		2 775 155		
3. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MARKETING : Dimensionamento do mercado; Campanha de marketing; Curso Industrialização, padrão, qualidade e escala de produção e comercialização	1 1 1		Aguardando Relatório final		
ASSISTÊNCIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL : Padronização Metodologia Assistência técnica Desenvol. Programado e capacitação contínua de técnicos que atuam na área do Projeto; Seleção, contratação e capacitação de técnicos - 6 cursos; Diagnóstico da propriedade, planejamento e atendimento.	1 8 1		1 8 1		
- IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS Demonstração de produção, conservação e armazenamento de forragens; Demonstração de práticas sanitárias.	6 6		6 6		
PROGRAMA DE MELHORAMENTO : Manutenção de Unidade móvel de reprodução e sanidade, atendendo aos produtores cadastrados; Melhoramento genético (teste de progênie, repasse de reprod. e inseminação artificial) realização de exames de ultra-sonografia, com a utilização da unidade móvel, com vistas a selecionar as fêmeas para a sincronização de cio e posterior inseminação artificial.	155 115		155 115		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira : Para este projeto os recursos programados somam R\$ 293.700,00, sendo R\$ 260.000,00 do Governo Federal e R\$ 33.700,00 do Governo Estadual. Foram liberados 100% dos recursos da União, R\$ 67.325,00 neste ano de 2007.

Avaliação Crítica : Em 2006 - Foram realizadas três visitas de supervisão, onde se constatou que tudo estava dentro da normalidade, se considerados os atrasos na disponibilização dos recursos. A vigência anterior do Convênio foi até 30/03/07, conforme Primeiro Termo Aditivo publicado em resumo no DOU de 28/02/07.

Em 2007 foi realizada uma visita de monitoramento no período de 13 a 16 de fevereiro de 2007. A implementação das ações relativas ao Projeto iniciou-se com atraso em função do recurso da primeira parcela ter sido depositado na conta única do Estado e só depois de 41 dias ter sido transferido para a conta específica do Convênio.

Diante de uma determinação da Secretaria de Estado de Planejamento do Rio Grande do Norte houve dificuldades para a aquisição dos reprodutores do projeto, pois não foi possível ocorrer a abertura do processo licitatório no período planejado. Portanto, ocorrendo o atraso dessa atividade proposta na meta 06.

O Convênio teve sua prorrogação programada para 26/07/2007, conforme publicação no DOU N° 40, seção 3, página 52 de 28.02.2007. Foi novamente prorrogado por meio de um 2º Termo Aditivo até 26/09/2007.

Convênio encerrado na data prevista, e prestação de contas final em análise e elaboração de Laudo Técnico.

Responsável pela Implementação das medidas:

Carlos Almira Moreira Pinto.

Projeto : Fortalecimento do agronegócio da ovinocaprinocultura na Sub-região do Sertão de Pernambuco e Sub-região Moxotó PE.

Processo nº 59333.000345/2005-67

Convênio : ADENE/Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária – SPRRA

Objetivo : Contribuir para o desenvolvimento de um modelo de organização e de gestão da caprinovinocultura e fortalecimento da cadeia produtiva, com conseqüente ampliação dos negócios e oportunidades de emprego nos vários elos da produção e comercialização do leite, da carne, da pele e derivados.

Beneficiários : Criadores especialmente os de base familiar, jovens rurais, associações e/ou cooperativas e os órgãos do governo do Estado de Pernambuco que lidam com o planejamento da ovinocaprinocultura.

Parceiros : Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária/Governo do Estado de Pernambuco, SEBRAE e Instituto de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco – IPA.

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios. Informação prejudicada pela inconclusão do projeto.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Medição em andamento.

Metas Físicas e Resultados Financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1- Recuperação e aquisição de material e equipamentos para uma Central Genética; (Processar, congelar e distribuir sêmen dos seus reprodutores e repassar, na medida das necessidades, para os "Núcleos de Acompanhamento Técnico" e aos criadores interessados na compra	01		Em execução		
2 –Implantação de Núcleos de Inseminação Artificial;	03		Não iniciada		
3 –Capacitação para 15 técnicos;	01		01		
4 - Aquisição de motos;	03		03		
5 –Contratação de Agentes de Desenvolvimento Rural - ADRs.	15		15		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Recursos programados da União : R\$ 338.047,00. Liberados em 30/06/2006, R\$ 146.540,00 (43,35 % do total). A liberar mais duas parcelas nos seguintes valores, R\$ 124.807,00 e R\$ 66.700,00, respectivamente Não havendo liberações em 2007.

Avaliação Crítica: O convênio foi prorrogado pelo 2º termo Aditivo até 31/12/2007.

Foram realizadas várias reuniões para agilizar o processo, inclusive foi solicitado relatório parcial até o dia 31/03/2007 para verificar a capacidade operacional e elaborar um relatório geral, até 15 de maio, para validar a liberação de recursos. Até o momento foi constatado que as licitações estão em fase final para garantir a execução. Foram recuperados 1.200m de cercas para contenção dos animais e foram adquiridos 02 reprodutores ovinos e 04 caprinos.

Realizada viagem de acompanhamento técnico em 30/07/2007 contando com parecer favorável à liberação da 2ª parcela. O Convênio foi prorrogado até 30/06/2008. Com a extinção da Adene, a Sudene, sem orçamento e sem ordenador de despesa foi impedida de manter o compromisso das liberações previstas. Em análise quanto aos aspectos financeiros com vistas à liberação da 2ª parcela e conclusão do objeto.

Responsável pela Implementação das medidas:

Marcelo de Castro Viana.

Projeto : Consolidação do Setor Mineralógico do Nordeste – APL GEMAS dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Processo N° 59333.000181/2005-78

Convênio : ADENE/Fundação Parque Tecnológico da Paraíba- PaqTC/PB

Objetivo : Formar mão-de-obra (jovem) qualificada em lapidação de gemas e artesanato mineral, estimular a sua capacidade empreendedora, criar novos núcleos e revitalizar os existentes, remanescentes do Programa Gemas do Nordeste.

Beneficiário : Jovens e pequenos produtores que lidam com lapidação e artesanato mineral dos Estado do Ceará, Rio G. do Norte e Paraíba.

Parceiros : Fundação Parque Tecnológico da Paraíba- PaqTC/PB

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Foram atingidas 100% das metas correspondendo à conclusão das Metas 1, 2 e 3. 100% da produção já está sendo realizada com o melhoramento nas técnicas atualizadas de *design*, de lapidação e artesanato mineral.

Metas Físicas e Resultados Financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1- Realização de Cursos de Capacitação em Lapidação de Gemas e Artesanato Mineral. realização de cursos de lapidação (artesanato mineral) em gemas (Pedra Lavrada/PB, Juazeirinho/PB, Currais Novos/RN, Parelhas/RN, Parelhas/RN, Itapiúna/CE e Juazeiro do Norte (CE))	05		05 em :Pedra Lavrada/PB, -Juazeirinho/PB, -Currais Novos/RN, -Itaiuna/CE e -Juazeiro do Norte/CE		
2 Pesquisa de mercado e estudos de alternativas para linhas de crédito.	01		Concluído		
3 - Serviços de confecção de bancadas com instalação elétrica Serviço especializado na elaboração visual de folder e cartazes dos cursos; Impressão de folder dos cursos Impressão de cartazes; Serviço especializado na elaboração visual das apostilas; Impressão das apostilas; Impressão de banner do Programa.	06 verba 1.000 150 verba 1500 06		concluído concluído concluído concluído concluído concluído		

Fonte : GDPS

Avaliação Financeira: Foram programados R\$ 300.000,00. Foram liberados para o PaqTC/PB todos os recursos financeiros programados, sendo R\$ 98.879,00 liberados em 2005 e R\$ 201.121,00 liberados em 2006.

Análise Crítica : O cronograma de execução físico-financeiro encontrava-se dentro da normalidade devido ao estabelecimento de métodos de capacitação por pessoal especializado, dentro dos padrões operacionais exigidos pelas normas técnicas, bem como em decorrência do acompanhamento sistemático das ações;

Com o projeto espera-se um incremento da produção de gemas em 30% em quilos por ano;

Foi detectada disfunção situacional em 02 municípios do Ceará (Quixeramobim e Solonópole) onde as prefeituras não apoiaram a infra-estrutura demandada nem tampouco a realização de capacitações. Isto causou um atraso no cronograma físico e, em consequência, a prorrogação da vigência do convênio. Os municípios foram substituídos pôr Juazeiro do Norte e Itapiúna, no Estado do Ceará, locais nos quais os Prefeitos concederam a estrutura física para os treinandos e a infra-estrutura necessária ao bom funcionamento dos cursos.

A Pesquisa de Mercado e Linhas de Crédito do Setor Gemológico foi elaborada com a participação ativa da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, por meio do seu Centro Gemológico. Convênio

encerrado no prazo previsto, ou seja, em 31.03.07. Foi elaborado Laudo Técnico do projeto em 19/09/2007. Aguardando definição de competência para elaboração do parecer financeiro.

Responsáveis pela implementação das Medidas :

Carlos Almira Moreira Pinto

4.1.3.2.2. AÇÃO 4640 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A COMPETITIVIDADE

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Suprir demandas especializadas do mercado de trabalho, decorrentes do novo modelo técnico-gerencial, baseado na ótica da competitividade, capacitando recursos humanos nas sub-regiões selecionadas.
Descrição: 1 - Apoio à realização de cursos de suporte voltados às atividades geradas no processo de criação, atração e desenvolvimento de empreendimentos; 2 - Apoio à realização de cursos e seminários voltados à capacitação tecnológica de empreendedores e à inovação gerencial necessária ao modelo competitivo, incluindo a capacitação em padrões de qualidade e produtividade reconhecidos internacionalmente (ISO, por exemplo).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SPR
Unidades executoras: Adene
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: GPIN – Gerência de Planejamento e
Coordenador de ação: Frederico Cavalcanti
Responsável pela execução da ação no nível local : Frederico Cavalcanti

b) Resultados

Projeto : Consolidação da Rede Virtual de Informações da Caatinga.

Processo nº 59333.000378/2005-15

Convênio : ADENE/Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Caatinga

Objetivo : Capacitar os membros de órgãos estaduais do meio ambiente: OEMAs e órgãos regionais de desenvolvimento, (CODEVASF, EMBRAPA, Universidades) no software Spring e Terra View e realizar seminários objetivando consolidar a rede de informações de caatinga, beneficiando os técnicos de órgãos ambientais estaduais e órgãos regionais do Nordeste.

Beneficiários : Técnicos dos órgãos estaduais e municipais de meio-ambiente; CODEVASF, EMBRAPA, universidades, Organizações e Institutos de Meio Ambiente

Parceiros : Organizações estaduais de meio ambiente, CODEVASF, EMBRAPA, Universidades, secretarias de meio-ambiente dos estados da área de atuação da ADENE, relacionados com a abrangência do estudo, Ministério do Meio Ambiente.

Indicadores : Eficiência : Será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Realizado 10 % das metas previstas (capacitação de 18 técnicos de meio ambiente em Terra View).

Metas Físicas e Resultados financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Realização de Cursos de Capacitação para técnicos de órgãos ambientais estaduais e órgãos regionais em <i>Spring</i> ;	03	-	-	51.141,55	
Realização de Cursos de Capacitação em <i>Terra View</i>	03	01	-	33082,26	
Realização de Oficinas para implantação de rede virtual de informações da caatinga em Fortaleza, Salvador e Recife	03	-	-	56686,81	
Total				140.910,62	

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: Foram programados pelo Concedente recursos no valor de R\$ 149.248,86 dos quais foram liberados R\$ 75.000,00 (50,25 % do total), correspondente à primeira parcela. A 2ª parcela, no valor de R\$ 74.248,86 foi cancelada. Lembramos que no SIAFI este valor ainda não foi cancelado, pois a COCF não recebeu o processo formalmente para executar o procedimento.

Avaliação Crítica : O convênio não prosperou em face da instituição não ter os conhecimentos legais necessários e experiência para tratar com recursos públicos. Prestação de contas apresenta pendências. Encaminhado à Auditoria em 13/03/2007 para análise, sem retorno até o momento.

Responsável pela implementação das Medidas :
Frederico Cavalcanti

RAP 2006

4.1.3.2.3. AÇÃO 0682 – APOIO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

a) Dados Gerais

Tipo: Operações Especiais
Finalidade: Incrementar a competitividade de empresas, de pequenos e médios empreendimentos, de associações
Descrição: identificação e implementação de oportunidades e criação e desenvolvimento de empreendimento produtivo associativos ou que dêem suporte técnico produtivo a um número considerável de produtores de um APL, difusão de informações e tecnologias, fortalecimento da capacidade produtiva e dos processos produtivos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais)
Unidades executoras: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculadas)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: GDPS – Gerência de desenvolvimento e Promoção Social/ADENE
Coordenador nacional de ação: Secretaria de Programas Regionais
Responsável pela execução da ação no nível local : Macyra Sotero

b) Resultados

Projeto : Fortalecimento do Setor Mineralógico do Nordeste – APL GEMAS na Paraíba e Ceará.

Processo nº 59333.00085/2006-19

Convênio : ADENE/Fundação Parque Tecnológico da Paraíba-PaqTC/PB

Objetivo : Estimular a capacidade empreendedora associativa dos pequenos produtores e estruturar tecnicamente a produção de gemas dos antigos Núcleos de Lapidação e Artesanato Mineral, mediante a capacitação, diversificação, reforma da incubadora em Quixeramobim/CE, e melhoria do processamento dos produtos e acesso aos mercados, bem como, estudar alternativas para a abertura de linhas de crédito para fomentar o setor.

Beneficiário : Pequenos produtores dos arranjos produtivos de gemas da mesorregião do Cristalino da Paraíba e do semi-árido doCeará.

Parceiros : Governos dos Estados da Paraíba e do Ceará; SEBRAE; PaqTC/PB e Universidade Federal de Campina Grande/PB.

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1. Aperfeiçoamento em Lapidação de Gemas: Pedra Lavrada/PB					
2. Aperfeiçoamento em Artesanato Mineral: Pedra Lavrada/PB	01				
3. Curso Básico em Design de Jóias em Pedra Lavrada/PB	01				
4. Aperfeiçoamento em Lapidação de Gemas: Juazeiro do Norte (CE)	01				
5. Aperfeiçoamento em Artesanato Mineral: Juazeiro do Norte/CE	01				

6.	Curso Básico em Design de Jóias em Juazeiro do Norte/CE	01				
7.	Aperfeiçoamento em Design de Jóias: Itapiúna/CE	01				
8.	Curso Básico em Escultura: Itapiúna/CE	01				
9.	Aperfeiçoamento em Artesanato Mineral: Itapiúna/CE	01				
10.	Impressão de faixas	05				
11.	Impressão de folders dos Cursos	380				
12.	Reforma do Prédio das Incubadoras Pedra Lavrada (PB)	01				
13.	Impressão de cartazes – divulgação dos cursos;	100				
14.	Impressão de banners – divulgação dos cursos	09				
15.	Relatório Final	01				

Fonte:GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos da União somam R\$ 160.000,00. Ademais, o Convenente apresentou contrapartida econômica no valor de R\$ 9.600,00. Não houve liberação de recursos.

Análise Crítica : Convênio assinado em 29/12/06. Vigência sido prorrogada de ofício para 28.12.07 e posteriormente para 01/01/2008

Quanto à meta referente à reforma de imóvel para incubadora mineral será efetivada em Pedra Lavrada, Estado da Paraíba. O imóvel no qual será efetuada a reforma encontra-se em fase de escrituração junto ao cartório/INSS, para poder regularizar e cumprir os ditames da Instrução Normativa. O Convenente não encaminhou em tempo hábil documentação solicitada pela Procuradoria Federal junto à SUDENE, motivo pelo qual não foi aditivado termo de prorrogação.

Recursos não liberados. Para encerramento por não atendimento das pendências, pelo Convenente, após decorrido um ano.

Responsável pela implementação das medidas:

Carlos Almiro Moreira Pinto.

Projeto : Fortalecimento do Setor de Couro Orgânico, Município de Cabaceiras – PB

Processo nº 59333.000146/2006-30

Convênio : ADENE/Cooperativa dos Artesãos e Curtidores de Couro de Cabaceiras Ltda–ARTEZA.

Objetivo : Construir um galpão para abrigar máquinas e equipamentos, permitindo que os cooperados possam fabricar vários produtos ao mesmo tempo. O galpão será utilizado também, para a capacitação tecnológica dos cooperadores por meio de aulas práticas e do desenvolvimento de protótipos e modelagens de novos produtos.

Beneficiários : Cooperados da Cooperativa dos Artesãos e Curtidores de Couro de Cabaceiras Ltda.

Parceiro : Cooperativa dos Artesãos e Curtidores de Couro de Cabaceiras Ltda –ARTEZA

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Será avaliada pelo % do Galpão construído e pelo % de Pessoas capacitadas.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1-Construção de galpão com 220 m2;		01			
2-Construção de estrutura física;					

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos da União somam R\$ 99.378,00. Estão previstos outros R\$ 3.040,00 do Convenente na forma de contrapartida econômica. Foi liberada a primeira parcela do convênio, no valor de R\$ 70.000,00 em 18/05/2007, em acordo com o Cronograma de Desembolso.

Avaliação Crítica : Muitas dificuldades com o processo licitatório retardou o início das obras, o que levou o Convenente a solicitar prorrogação de prazo, que já foi analisada pela área técnica e encaminhado para elaboração do Termo Aditivo. Vigência até 31/10/2007. O início das obras coincidiu com a extinção da ADENE e por consequência impediu monitoramento para avaliação e andamento dos trabalhos programados. Solicitada a prorrogação de prazo da avença por mais 120 dias, em 24/09/07. Por motivo de óbice existente no

convênio, notadamente quanto à legalização do terreno onde seriam realizadas as obras, foi encaminhado ofício ao executor, em 26/11/2007, pedindo paralisação das atividades. Por consequência, não foi efetivada a prorrogação e o convênio foi extinto. Aguarda definição de competência para análise sobre aspectos financeiros da prestação de contas.

Responsável pela implementação das medidas :

Marcelo Viana .

4.1.4. PROGRAMA 1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

4.1.4.1. Dados Gerais

Tipo: Finalístico
Objetivo Geral : Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.
Gerente do programa: Ministério da Integração Nacional
Gerente executivo: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Indicadores: Número de ocupações geradas na sub-região da chapada do Araripe e de Xingó
Público-alvo: gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

4.1.4.2. Gestão das ações

RAP 2004

4.1.4.2.1. AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas
Descrição: essas despesas compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota de uso particular ou de terceiros por ordem da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União cedidos ou alugados utilizados pelos órgãos da união; tecnologia da informação sob a ótica meio, incluindo o apoio a ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informação gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídio às formulação de políticas públicas, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas , etc
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Unidade executora : Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculadas)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: GPIN – Gerência de Planejamento e Informação/ADENE
Coordenador nacional da ação: Secretaria de Programas Regionais
Responsável local pela execução: Frederico Cavalcanti

b) Resultados

Projeto : BALCOM

Processo nº 59333.000214/2004-07

Convênio : ADENE/Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTC/PB

Objetivo : Desenvolver um sistema de informações com ambiente de negociação agregado, orientado aos APLs do algodão colorido na Paraíba e da mamona na Bahia, integrando-se a uma Rede Digital de Negócios para Arranjos Produtivos Locais do Nordeste.

Beneficiários : Pequenos e médios empreendedores dos núcleos e APLs do algodão colorido da região de Patos, na Paraíba, e da mamona na região de Irecê, na Bahia.

Parceiro :Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTC/PB

Indicadores :Eficiência : avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Ver o tópico “Avaliação Crítica”.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto R 1,00	Realizado
1 - Capacitação, Estruturação das Cadeias de Valores e Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais;		100%	-	40.000	
2 – Desenvolvimento e Implementação dos Portais de Informação –BALCOM Info;		100%	-	60.000	
3 – Desenvolvimento e Implementação das Redes de Negócios – BALCOM –Negócios;		100%	-	60.000	
4 – Povoamento dos Portais e das Redes de Negócios;		100%	-	16.000	
5 – Implementação dos Portais e da Rede de Negócios.		-	Termo de cooperação analisado	24.000	
Total				200.000	

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: Os recursos programados, no valor de R\$ 200.000,00, já foram todos liberados.

Avaliação Crítica : As informações foram levantadas. O Sistema foi desenvolvido até a Meta 4. Em relação à Meta 5, as negociações para definição de parceiro para hospedar o site estão em andamento, por meio da formalização do Termo de Cooperação, entre PaqTec-PB/SEBRAE/Adene, que já conta com parecer jurídico favorável. A vigência do convênio foi prorrogada para 19/06/08. Para a avaliação *ex post*, como estava prevista, será preciso que seja decorridos um prazo de pelo menos seis meses após conclusão. Daí a necessidade da prorrogação do convênio.

Responsável pela implementação das medidas:

Frederico Cavalcanti.

4.1.5. PROGRAMA 1047- DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO – CONVIVER

4.1.5.1. Dados Gerais

Tipo: Finalístico
Objetivo: Reduzir as vulnerabilidades sócio-econômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.
Gerente do programa: Ministério da Integração Nacional
Gerente executivo: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Indicadores: número de ocupações geradas na região do semi-árido pelo programa; taxa de internação de doenças infecciosas e parasitárias na região do semi-árido; taxa da população do semi-árido atendida com rede geral de abastecimento de água
Público-alvo: população do semi-árido com incidência estrutural de seca

4.1.5.2. Gestão das ações

RAP 2005

4.1.5.2.1. AÇÃO 4652 – CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL NO SEMI-ÁRIDO

a) Dados Gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Fortalecer a base produtiva regional mediante o desenvolvimento da capacidade dos gestores públicos e da população local para construir um processo de planejamento integrado e de gestão compartilhada do desenvolvimento sustentável do semi-árido
Descrição: Oferta de cursos de capacitação voltados para a convivência com o semi-árido que

contemplem atividades de planejamento estratégico (setores público e privado), gestão pública de projetos (setor público) e tecnologias alternativas para a produção (capacitação do público alvo).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculada ADENE)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução : Carlos Almiro Moreira Pinto

b) Resultados

Projeto : Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Norte.

Processo nº 59333.000333/2005-32

Convênio : ADENE/Governo do Estado do Rio G. do Norte/Secretaria de Recursos Hídricos-SERHID

Objetivo : Capacitar diversos segmentos da população envolvidos no novo modelo de gerenciamento auto sustentável para o sistema Integrado de Abastecimento de Água, na região de Serra de Santana – RN. Há previsão de capacitação para 470 pessoas.

Beneficiários : Segmentos da população e prefeituras municipais envolvidos no novo modelo de gerenciamento auto sustentável para o sistema Integrado de Abastecimento de água, na região de Serra de Santana – RN.

Parceiros : Governo do Estado do Rio G. do Norte/Secretaria de Recursos Hídricos.

Indicadores : Eficiência : Será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas verificada por meio dos relatórios. Foram liberados 50 % dos recursos financeiros da União até 31/12/06. Na posição de 01/03/07 (portanto fora do período do Relatório de Gestão 2006) já haviam sido liberados 100 % dos recursos.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Foram cumpridas todas as atividades programadas para a ação.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1 - Capacitação em gerenciamento de Recursos Hídricos.					
Operadores do sistema adutor	05		09		
Operadores dos sistemas locais (Lagoa Nova/RN, carga horária: 8 horas).	110		113		
Comissão Gestora Local (Lagoa Nova, carga horária : 8 horas).	330		113		
Componentes do Escritório Regional do Sistema Adutor de Serra de Santana	06		05		
Componentes da Equipe de Gestão das Adutoras da SEMARH	20		15		
2 - Confeção de cartilhas educativas					
Elaboração dos manuais de capacitação (operadores do sistema adutor; operadores dos sistemas locais; comissão gestora local e pessoal do escritório regional).	04		04		
Produção dos manuais de capacitação (arte, impressão e xerox).	450		450		
Kits contendo papel ofício, caneta esferográfica, pasta e material da capacitação, para cada um dos treinandos.	450		450		
Elaboração e produção de cartilhas educativas para informação à comunidade beneficiada	10.000		10.000		
3 - Relatório Final	01		01		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira:Foram previstos recursos da União no montante de R\$ 100.000,00. Foram liberados para o Governo do Estado do Rio G. do Norte, recursos no montante de R\$ 50.000,00 (50 % do total). Em 16/01/07 foi solicitada a liberação da segunda parcela no valor de R\$ 50.000,00, que foi viabilizada em 01/03/2007. O Estado devolveu à ADENE saldo não utilizado de R\$ 30.736,26.

Avaliação Crítica : O cronograma de execução físico-financeiro, e naturalmente, o cumprimento das metas físico-financeiras, encontram-se dentro da normalidade devido ao estabelecimento de métodos de capacitação por pessoal especializado, dentro dos padrões operacionais exigidos pelas normas técnicas, além de um acompanhamento sistemático das ações. A vigência do convênio foi até 30/06/2007. Não foram detectadas disfunções na execução do projeto.

O Conveniente apresentou prestação de contas final, Of. 502/2007-GS, SEMARH-RN, recebido em 05/09/07. Análise de conformidade realizada. Observada ausência de documento (Relatório Cumprimento do Objeto). Laudo Técnico Final emitido em 12/11/2007. Todavia, o Ministério não aceitou a prorrogação pretendida o que resultou no encerramento da avença mesmo que o executor tenha solicitado esta medida em tempo hábil. Aguardando a definição de competência para análise dos aspectos financeiros da prestação de contas.

Responsáveis pela implementação das Medidas :

Carlos Almira Moreira Pinto.

Projeto : Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Pernambuco.

Processo N° 59333.000268/2005-45

Convênio : ADENE/Governo do Estado de Pernambuco

Objetivo : Estimular o fortalecimento de uma consciência da população sobre as questões hídricas, ambientais e sociais relativas às bacias dos rios Rígida, Terra Nova e Mocotó, integradas à bacia do rio São Francisco, incentivando a participação individual e coletiva especificamente para realizar: atividades de planejamento e formação de agentes multiplicadores visando o uso racional sustentável dos recursos hídricos das três bacias, e, fomentar debates no âmbito da política de recursos hídricos, enfatizando a importância da participação da sociedade em comitês da bacia hidrográfica e conselhos de usuários de água.

Beneficiários : Representantes dos segmentos sociais que são usuários das bacias dos rios Rígida, Terra Nova e Mocotó que compreendem 35 municípios, além do Governo do Estado da Paraíba e prefeituras municipais, particularmente as alcançadas pelas bacias.

Parceiros : Governo do Estado de Pernambuco (direto) e Governo do Estado da Paraíba.

Indicadores : Eficiência : Avaliada pelo % de recursos aplicados pôr quantidades produzidas das metas verificada pôr meio dos relatórios..

Eficácia : Percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Realizado até o momento em torno de 40% das metas. O número de segmentos representativos da sociedade civil e pública atuantes nas três bacias, em relação à situação inicial, será verificado ao final do projeto.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1-- Realizar 01 Curso de Capacitação e 01 Oficina de Trabalho sobre gestão hídrica e ambiental e política pública de recursos hídricos para as bacias dos rios Rígida, Terra Nova e Mocotó	03 cursos 03 Oficinas 870 Mat. Didáticos 01 Relatório				
2-- Estimular a integração e articulação entre os representantes da população das bacias dos rios Rígida, Terra Nova e Mocotó, órgãos gestores de recursos hídricos federal e estadual, entidades do Governo Federal que atuam na questão hídrica e o Comitê da Bacia do rio São Francisco	180 pessoas 01 Relatório	-Contatos com entidades públicas e privadas; - Articulações com Comitê da Bacia do Rio São Francisco; -Visitas aos municípios da bacia do Mocotó e Terra Nova.			
3 - Mobilizar e articular representantes dos Poderes Públicos: Federal, Estadual e Municipal, das Entidades Cíveis e dos Usuários de Água atuantes nos 11 municípios da bacia do rio Mocotó e nos 14 municípios da bacia do rio Rígida. E os 10 municípios de Terra Nova?	03 cadastros 01 Relatório	-Identificados os reservatórios das bacias hidrográficas dos rios Mocotó e Terra Nova; -elaborado o cadastro de Mocotó; em andamento o cadastro de Terra nova;			

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Foram programados recursos no montante de R\$ 150.000,00, dos quais R\$ 75.000,00 já foram liberados, restando um saldo de R\$ 75.000,00 correspondente à segunda e última parcela.

Avaliação Crítica : A primeira parcela só foi liberada em maio de 2006, havendo necessidade do conveniente ajustar o cronograma de atividades ao novo período de vigência formalizado por Termo Aditivo e a ser finalizado em abril de 2007, admitindo-se ainda, uma prorrogação de ofício, em razão da necessidade de liberação da segunda parcela para fazer jus ao que foi pactuado.

Parecer Técnico da GDPS e plano de trabalho foi ajustado à proposta de prorrogação do convênio de 30/09/07 para 30/12/07, entretanto devido à situação de exceção por que passou a nova Sudene, o convênio não foi prorrogado. Como medida corretiva a avença foi encaminhada ao Ministério da Integração solicitando a dilatação do prazo. Todavia, o Ministério não aceitou a prorrogação pretendida o que resultou no encerramento da avença mesmo que o executor tenha solicitado esta medida em tempo hábil. Aguardando prestação de contas. Conveniente informada sobre a extinção do convênio. Aguardando prestação de contas.

Responsável pela implementação das Medidas :

Carlos Almira Moreira Pinto

Projeto : Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado da Paraíba

Processo N° 59333.000262/2005-78

Convênio : ADENE/Governo do Estado da Paraíba

Objetivo : Desenvolver atividades de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Paraíba, capacitando os mobilizadores e membros do comitê em gerenciamento de recursos hídricos. Os beneficiários do projeto são os usuários de água, representantes da sociedade civil e órgãos públicos.

Beneficiários : Os mobilizadores e membro do comitê em gerenciamento de recursos hídricos do Estado da Paraíba, os usuários de água, representantes da sociedade civil e órgãos públicos.

Parceiros : Governo do Estado da Paraíba (direto), Agencia Executiva de Gestão das Águas da Paraíba – AESA; Prefeituras municipais; o Conselho de Bacias; UFCG; DNOCS.

Indicadores : Eficiência: avaliada pelo % de recursos aplicados pôr quantidades produzidas das atividades verificada pôr meio dos relatórios. Aguarda-se o relatório final.

Eficiência : até o momento foram realizadas e estão em andamento 50% das metas. O comitê instalado e em funcionamento será verificado ao final do projeto. Aguarda-se o relatório final.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1. Estruturação de equipes de coordenação geral, coordenadores regionais e municipais.	08 viagens	08 viagens			
2. Definição projeto detalhado de comunicação social para dar suporte à mobilização	01 organização	01			
3. Produção de documentos e material estratégicos para efetuar divulgações e orientar o processo de instalação do CBH,	05 divulgações	Em e execução, criados o designs gráfico dos folders e banners			
4. Realizados os Encontros Regionais de Informação e Mobilização;	04	04			
5. Inscrição de todos os segmentos sociais da bacia,	20 campanhas	-Elaborada a Deliberação do comitê; - Elaborado o edital de convocação para inscrição, -Efetuada a articulação para instituição oficial do Comitê, -Aprovado o Regimento Interno e	20 campanhas		

		-Definido o corrugaram eleitoral do Comitê			
6. Validação das inscrições;	06 organizações	-	06 organizações		
7. Realização de reuniões plenárias, uma em cada região da Bacia, para eleição dos membros dos setores usuários e sociedade civil;	05 reuniões	-	Aguarda-se Relatório Final		
8. Eleição dos membros do setor público municipal;	04 organizações	-	Aguarda-se Relatório Final		
9. Articulação institucional para definição dos membros do setor público federal e estadual	04 organizações	-	Aguarda-se Relatório Final		
10. Capacitação dos membros do comitê;	01 curso	-	Aguarda-se Relatório Final		
11. Instalação do CBH (posse dos membros e eleição da diretoria);	03 encontros	-	Aguarda-se Relatório Final		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Foram programados recursos no montante de R\$ 82.000,00, dos quais foram liberados R\$ 52.000,00 (63,41 % do total). O saldo existente, de R\$ 30.000,00 corresponde à segunda e última parcela. Os recursos não utilizados serão devolvidos em virtude de impedimento legal para a prorrogação do convênio.

Avaliação Crítica : Destaca-se a relevância do projeto, por ser a Bacia do Paraíba a mais importante do Estado e encontrar-se com sérios problemas de degradação ambiental, observando-se diversos e indiscriminados pontos de captação, com reflexos na vazão do Rio. Além disso, a bacia é prioritária para as ações do projeto de integração de bacias do governo federal. Destacamos reunião realizada na AESA, em João Pessoa em 14/03/2007, com a GDPS e executores do projeto tendo como encaminhamentos a perfeita execução do cronograma físico, efetuar as licitações até o início de abril e encaminhar até 15 de maio relatório físico financeiro com vistas à liberação da 2ª parcela.

Quanto à pendência do Governo da Paraíba, no que se refere à prorrogação da vigência/liberação da segunda parcela, a AESA comunicou através do Ofício 5.493/2007/GS/CGE de 30 de outubro de 2007, da Controladoria Geral do Estado, que o Estado da Paraíba encontra-se em plena regularidade desde o dia 31/08/2007, sanando desta forma a pendência junto ao DINIT.

Ressalte-se, todavia, que o convênio encerrou-se em 30/08/2007, enquanto a adimplência do estado deu-se um dia após esta data o que implica no término da avença mesmo sem liberar todas as parcelas estabelecidas.

O Conveniente foi notificado quanto ao encerramento da avença em razão de inadimplência. Aguardando prestação de contas para elaboração do Laudo Técnico final.

Responsável pela implementação das Medidas :

Silvia Teresa B. O. Sabino

Projeto : Capacitação e processamento de produtos da ovinocaprinocultura nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Processo nº 59333.000368/2005-71

Convênio : ADENE/Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó

Objetivo: Transferência ao sistema produtivo, de tecnologia capaz de permitir o desenvolvimento auto-sustentável da ovinocaprinocultura, mediante a difusão e inovação tecnológicas voltadas para os manejos nutricional, sanitário e reprodutivo.

Beneficiários: Criadores e produtores da ovinocaprinocultura da mesorregião de Xingó (Alagoas e Pernambuco).

Parceiros: Instituto de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico de Xingó.

Indicadores : Eficiência : avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades, verificada por meio dos relatórios.

Eficácia: percentual de alcance das metas em relação ao previsto.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Assistir criadores nas técnicas de manejo do rebanho reprodutivo; Foram assistidos criadores cadastrados,	377	263 (69,8%)			
Assessorar criadores em organização social e gestão da produção; foram assessorados.	377	238 (63,1%)			
Capacitar criadores nas técnicas de manejo geral dos rebanhos e em gestão da produção; Foram capacitados,	280	138 (49,3%)			
Produzir doses de sêmen para atender aos trabalhos de inseminação artificial dos rebanhos selecionados; Foram produzidas doses de sêmen;	1500	383 (25,5%)			
Inseminar animais entre caprinos e ovinos fêmeas foram inseminadas	1100	383 (34,8%)			
Acompanhamento / Avaliação do projeto	01	Projeto em execução			

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira : Foram programados recursos no montante de R\$ 200.000,00, dos quais foram pagos R\$ 103.044,54 (51,52 % do total), em 20.04.06. O restante referente à 2ª parcela no valor de R\$ 96.955,00 não foi liberado, após verificação, dos aspectos financeiros e contábeis relativas ao convênio, bem como o atendimento às pendências apontadas pelo relatório da Controladoria Geral da União.

Avaliação Crítica : Houve acompanhamento técnico na área do projeto em abril/2007. Tal vistoria que considerou apenas a parte física do Projeto, identificou que os trabalhos que vinham sendo executados pela equipe técnica do Projeto tinham até aquele momento alcançando resultados positivos, com a assimilação de conhecimentos e a aplicação destes, mesmo que de forma parcial. Entretanto, foi sugerido que outros aspectos, que necessitam de melhores esclarecimentos fossem verificados, para a liberação da 2ª parcela dos recursos destinados a esse Projeto, tais como: verificação, pelo setor habilitado, de questões financeiras, contábeis e documentais relativas ao convênio; atendimento às pendências apontadas pelo relatório da Controladoria Geral da União (CGU).

O prazo de vigência deste projeto foi, conforme 2º Termo Aditivo, prorrogando para 06/04/08. Foi realizada uma auditoria Institucional (RAINST N° 005/20070) pela Adene, no convênio em pauta, cujos resultados encontram-se no citado relatório. Em análise a possibilidade de prorrogação do prazo conforme solicitado pelo Conveniente, aguardando resposta da Procuradoria

Responsável pela implementação das Medidas :

Sylvia Thereza B. O Sabino.

4.1.5.2.2. AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

a) Dados Gerais

Tipo: Atividades
Finalidade: constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas
Descrição: essas despesas compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota de uso particular ou de terceiros por ordem da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União cedidos ou alugados utilizados pelos órgãos da união; tecnologia da informação sob a ótica meio, incluindo o apoio a ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informação gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídio às formulação de políticas públicas, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas , etc
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Unidade executora : Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculada ADENE)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Gerência de Planejamento e Informação - GPIN/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Frederico Cavalcanti

b) Resultados

Projeto: Diagnóstico Energético do Semi-Árido

Processo nº 59333.000399/2005-22

Convênio : ADENE/Associação Técnico-Científico Ernesto Luiz de Oliveira Junior - ATECEL

Objetivo : Fornecer informações que subsidiem o planejamento energético da sub-região do Araripe a partir da elaboração do Diagnóstico Energético do Polo Gesseiro do Araripe, abrangendo por amostragem os municípios de Araripina, Ipubi, Trindade, Bodocó e Ouricuri. O trabalho se inseriu no contexto do Planejamento Energético Regional.

Beneficiários : Integrantes do Pólo Gesseiro do Araripe.

Parceiros : Associação Técnico-Científico Ernesto Luiz de Oliveira Junior – ATECEL (direto), UFCG, Ministério das Minas e Energia-MME, governos estaduais, municipais.

Indicador :Eficácia : Avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. 100 % do Diagnóstico realizado, 100%, satisfatória em relação à qualidade do projeto (constatado pela avaliação dos parceiros no Workshop realizado em 10.11.06), bem como ao tempo dedicado a sua execução.

Metas Físicas e Resultados financeiros :

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
- Elaboração do Diagnóstico Energético do Polo Gesseiro da Sub-região do Araripe;	1	1	-	144.693,00	

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: O valor do projeto foi de R\$ 144.693,00, integralmente liberado.

Avaliação Crítica :O trabalho foi inserido no contexto do Planejamento Energético Regional. E foi realizado com sucesso. Parecer de conformidade conclui pela não aprovação por ausência de documentação. Projeto concluído em 2006 e Laudo Técnico emitido em 09.05.07, precisando ajustes. Falta parecer sob os aspectos financeiros. Prazo de conclusão do Convênio ultrapassado impedindo a conclusão do Processo. Vigência do convênio 01.12.07.

Responsável pela implementação das Medidas :

Maria Helena Lima

4.1.6. PROGRAMA 1343 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA

4.1.6.1. Dados Gerais

Tipo:
Objetivo: Desenvolver a maricultura e a aquícultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.
Gerente do programa: Sub-Secretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca
Gerente executivo: Sub-Secretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca
Indicadores: Produção de Pescado oriundo da Aquicultura
Público-alvo: aquicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas associações e cooperativas de produtores

RAP 2005

4.1.6.2. Gestão das ações

4.1.6.2.1. AÇÃO 4518 - DESENVOLVIMENTO DA MARICULTURA NO NORDESTE

a) Dados Gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Tornar a Região Nordeste auto-sustentável no que diz respeito á produção de pescado de origem marinha por meio do incremento da produção de pescado marinho pelo alto teor proteico e valor

econômico visando reverter o déficit da balança comercial brasileira nesse setor que gira em torno de US\$ 350 a 500 milhões/ano, sendo que o alcance desses objetivos representa um enorme potencial quanto à geração de emprego e renda.
Descrição: Difusão de técnicas de reprodução de peixes marinhos e cultivo em viveiros e tanques-rede para atender a pequenos produtores, caso de pescadores artesanais e a grandes empresas ao modelo de fazendas marinhas, por meio da identificação de espécies com potencialidades de reprodução em cativeiro e engorda em viveiros e fazendas marinhas (tanques-rede).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Sub-Secretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca E Ministério da Integração Nacional
Unidade executora: ADENE
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerencia de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social - GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Macyra Sotero

b) Resultados

Projeto : Promoção ao Estudo do desenvolvimento da Maricultura na Região Nordeste

Processo nº 59333.000366/2005-82

Convênio : ADENE/Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó

Objetivo : Promover o estudo sobre a reprodução e a larvicultura em cativeiro do beijupirá (*Rachycentron canadum*) no município de Ipojuca no estado de Pernambuco, do cultivo da ostra nativa (*Crassostrea rhizophoreae*) em ambientes estuarinos no município de Goiana no estado de Pernambuco e promover o estudo, em ambientes estuarinos, da potencialidade do cultivo do sururu (*Mytella falcata*) no estuário do rio Piauí no município de Estância no Estado de Sergipe, buscando o incremento de produtividade da pesca marinha artesanal.

Beneficiários : Pescadores artesanais, catadores e produtores marinhos alcançados pelo projeto.

Parceiros : Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó (direto), a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Colônia de Pescadores, a Federação de Pesca, o IBAMA – Sergipe, a Secretaria de Agricultura de Sergipe e a Associação dos Engenheiros de Pesca do Estado de Sergipe.

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios. Liberados 59,46 % dos recursos financeiros da União.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. até o momento 75,86% dos estudos foram realizados. Foram verificados incrementos de produtividade da pesca marinha artesanal; incremento anual da renda de pescadores, porém ainda não foram esses resultados mensurados.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Beijupirá					
Expedições de coleta de reprodutores, expedições com duração de 02 dias cada;	15	- Expedições de coleta de reprodutores do beijupirá (04)	10		
Testes de hormônio na indução à desova;	2		14		
Larvicultura de beijupirá	2		04		
Meta 2 - Ostra nativa			-		
- Cursos de Capacitação cultivo de ostras - pessoas capacitadas;	10	-02 módulos instalados tipo 'balsa' e tipo 'cama';			
- Implantação de módulos para cultivo da ostra;	14	-04 coletores de sementes testados e			
- Testes coletores de sémem.	04	-curso de capacitação realizado com 10 pessoas da comunidade			
Meta 3 - Sururu			-		
3.1. Identificação de bancos de sururu;	03	-Reuniões de sensibilização, cadastramento e seleção catadores;			
3.2. Verificar profundidade da coleta ;	01	-03 visitas técnicas para georeferenciamento e registro fotográfico dos bancos de sururu do rio Piauí;			
3.3. Definir índices de condição de maturação;	02				
3.4. Estudos da curva de crescimento;	01	3.1. Identificados 03 bancos;			
		3.2. Verificação da			

3.5. Definir pacote tecnológico de cultivo.	01	profundidade e melhor substrato para a coleta das sementes para saber onde está havendo maior captação e fixação dessas sementes (teste de vários tipos de coletores). 3.3. Material coletado (animais) para análise em laboratório para definição do índice de condição e maturação; 3.4. Definição de 03 pontos para testes de produção de sementes.			
---	----	--	--	--	--

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira : Os recursos financeiros programados da União somam R\$ 185.000,00, dos quais R\$ 110.000,00 (59,46 % do total) já foram liberados. Restava um saldo de R\$ 75.000,00 (última parcela), cuja liberação foi suspensa em razão das constatações e recomendações da CGU-PE(2006), que se pronunciou favorável ao encerramento e rescisão do Convênio.

Avaliação Crítica : O convênio conta com três subprojetos voltados para a coleta de reprodutores, indução à desova e larvicultura em cativeiro do beijupirá, no município de Ipojuca (PE); o cultivo sustentável da ostra nativa em ambientes estuarinos, no município de Goiana (PE) e o estudo da potencialidade de cultivo do sururu no rio Piauí, município de Estância (SE).

Com as atividades previstas pretende-se estabelecer, difundir e adequar técnicas de propagação artificial e cultivo de espécies marinhas na Região Nordeste do Brasil, primordialmente peixes marinhos e ostras, buscando a interação entre os aspectos sociais e econômicos inerentes às comunidades que habitam as regiões costeiras e estuarinas”.

Particularmente em relação à Meta 01 – beijupirá, vale salientar que houve 04 expedições de coleta de reprodutores do beijupirá onde houve a captura de 01 fêmea e de 03 machos sendo que a previsão é de 15 reprodutores, mas que devido a condições climáticas adversas (ventos fortes, mar agitado, etc) não favorecerem a saída dos barcos para a captura do espécime, ocorreu a perda do estágio maturacional das fêmeas e machos atrasando o cronograma de execução dessa meta. Para minimizar a interferência desses fatores após a realização de uma expedição piloto, em julho de 2005, foi verificado que seria mais adequado realizar expedições mais curtas, diminuindo o risco de mortalidade dos espécimes capturados no primeiro dia de pesca. Assim sendo, diminuíram o número de dias da expedição e foi incrementada a quantidade de expedições. Portanto serão realizadas, no total, 08 expedições com duração de 02 dias cada, tendo permanecido o esforço total de coleta em 16 dias.;

Por estas razões e ainda às Auditorias da CGU, que trouxeram questionamentos em relação ao Conveniente, o Instituto Xingó, a execução do projeto ficou bastante atrasada. Em virtude disso a vigência do Convênio foi prorrogada para 28.12.2007. Foi realizada uma auditoria Institucional (RAINST N° 004/2007) pela ADENE, no convênio em pauta, cujos resultados encontram-se no citado relatório e o resumo das recomendações são:

1 – solicitar à Unidade de Convênios que insira no bojo das minutas dos próximos convênios/contratos a serem firmados, cláusula específica sobre a contratação de bolsistas bem como a sua ampla divulgação quando da seleção de candidatos;

2- a implementação deverá ser iniciada já nos convênios do exercício 2007.

Na fase atual o processo foi enviado à Procuradoria para posicionamento sobre irregularidades na contratação de empresa responsável pela execução do subprojeto 03 – sururu. Aguardando pronunciamento.

OBS.: É importante salientar que houve um fator de sucesso na consecução de parte do objeto do convênio, com a reprodução, em cativeiro, do beijupirá – subprojeto 01, sendo este o primeiro caso em Pernambuco. Informação fornecida pela técnica do Instituto Xingó, Isabel Marinho.

Em reunião realizada em 21/12/2007, com Dirigentes da SUDENE, ficou acordado que seria prorrogado de ofício por 120 dias objetivando avaliar tecnicamente o projeto conjuntamente com a SEAP para emitir parecer sobre a viabilidade de continuação do projeto. Entretanto pendências documentais do Instituto Xingó impediram o aditivo de prorrogação. Convênio encerrado aguardando prestação de contas.

Responsável pela implementação das Medidas :

Macira Sotero.

ORÇAMENTO 2006

4.1.6.2.2. AÇÃO 4518 - DESENVOLVIMENTO DA MARICULTURA NO NORDESTE

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Tornar a Região Nordeste auto-sustentável no que diz respeito à produção de pescado de origem marinha por meio do incremento da produção de pescado marinho de alto teor proteico e valor econômico, visando reverter o déficit da balança comercial brasileira nesse setor que gira entre US\$ 350 a 500 milhões/ano, sendo que o alcance desses objetivos representa um enorme potencial quanto à geração de emprego e renda.
Descrição: Difusão de técnicas de reprodução de peixes marinhos e cultivo em viveiros e tanques-rede para atender a pequenos produtores, caso de pescadores artesanais e a grandes empresas ao modelo de fazendas marinhas, por meio da identificação de espécies com potencialidades de reprodução em cativeiro e engorda em viveiros e fazendas marinhas (tanques-rede).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Sub-Secretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca E Ministério da Integração Nacional
Unidade executora: ADENE
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerencia de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social - GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Macira Sotero

b) Resultados**Projeto : Seminário de Maricultura - Novas Perspectivas para Comunidades Pesqueiras**

Processo nº 59333.000288/2006-05

Convênio : ADENE/Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP.

Objetivo : Realização do I Workshop para aprofundar discussões sobre a possibilidade de cultivo de espécies marinhas de importância econômica, atentando-se para as potencialidades regionais e aspectos econômicos e bio-ecológico de áreas costeiras e estuarinas, da atividade, buscando a sustentabilidade bioeconômica e socioambiental, possibilitando gerar subsídios para a definição de uma política pública de desenvolvimento regional para a maricultura.

Beneficiários : Representantes de universidades, Institutos de Pesquisa, Associações, Agências de Fomento, setor produtivo (pescadores).

Parceiros : Instituto de Tecnologia de Pernambuco-ITEP (direto), Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente - MMA, IBAMA, Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Secretaria de Agricultura e Pesca da Presidência da República -SEAP, Federações de Pesca.

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto - 100%

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Palestras;	02		02		
Mesa redonda;	02		02		
Oficinas e grupos de trabalho;	06		06		
Oficinas para fechamento dos trabalhos ;	06		06		
Plenária Final – documento/proposta;	01		01		
Relatórios.	05		05		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira : Esse evento foi definido a partir do contingenciamento dos recursos, no montante de R\$ 120.000,00, pelo Governo Federal e apenas R\$ 20.000,00 foram postos à disposição do Projeto. Com este recurso ficou decidida a realização de um Workshop sobre Maricultura no Nordeste para divulgação dos resultados do convênio e da importância do setor para a região. O Instituto Tecnológico de Pernambuco - ITEP entrou como parceiro, participando com R\$ 2.000,00 como contrapartida.

Avaliação Crítica : “Workshop sobre Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco”, resultado de uma parceria entre a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), o Instituto de Tecnologia de Pernambuco

(ITEP) e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, foi realizado entre os dias 17 e 19 deste mês, no Recife Praia Hotel, em Recife (PE).

O biólogo e professor da Universidade da Coruña – Espanha, Juan Freire, proferiu uma palestra, no primeiro dia do workshop (17), sobre “Gestão Costeira Integrada”. Entre os outros temas abordados, destacaram-se as ações da Adene na área de maricultura, sustentabilidade e gestão do conhecimento para a implantação de empreendimentos aquícolas marinhos e a produção integrada desses empreendimentos. O apoio à maricultura é uma das ações desenvolvidas pela instituição, que vem subsidiando o Projeto de Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste.

Devido às condições meteorológicas, climáticas e de solo, o Nordeste é tido como um dos melhores locais para a prática da aquicultura, seja ela de água doce, estuarina ou marinha. Novas tecnologias que se mostrem eficazes e que podem ser facilmente adaptadas, contribuem para a geração de emprego e renda e da manutenção dos pescadores na atividade pesqueira.

O projeto foi realizado com sucesso, obtendo boa avaliação do conteúdo por parte dos participantes, demonstrando a força das ações voltadas para a maricultura, a piscicultura e a pesca em geral, como forma de promover o desenvolvimento do Nordeste, buscar parcerias com outras instituições, propor as ações no território voltadas para as instituições de pesquisa e as organizações sociais e de trabalhadores, tudo visando o retorno social.

As contribuições no evento com debates em torno do cultivo de organismos aquáticos marinhos e das perspectivas e potencialidades da maricultura, com foco na sustentabilidade bioeconômica e socioambiental culminaram com uma proposta consistente a fim de subsidiar a elaboração de uma política regional de desenvolvimento da maricultura, apresentada em forma de relatório a ser publicado como subproduto de evento

Em processo de análise a prestação de contas final que se encontra com pendências. O convênio teve prazo de execução até 11.11.2007.

Responsável pela Implementação das Medidas :

Macira Sotero.

4.1.7. PROGRAMA 8009 - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRODUZIR

4.1.7.1. Dados Gerais

Tipo: Finalístico
Objetivo: contribuir para o desenvolvimento regional por meio da capacitação e organização produtiva de segmentos da população, visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir essas comunidades em arranjos e atividades, que promovam dinamização econômica e social
Gerente do programa: Ministério da Integração Nacional
Gerente executivo: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Indicadores: Taxa de ocupações geradas; taxa de sucesso dos empreendimentos do Programa
Público-alvo: segmentos da população que se encontram fora da dinâmica social e econômica do país e que estejam localizados em espaços definidos como prioritários da ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

RAP 2006

4.1.7.2. Gestão das ações

4.1.7.2.1. AÇÃO 4831 – CAPACITAÇÃO DE DIRETORES E TÉCNICOS MULTIPLICADORES

a) Dados gerais

Tipo:
Finalidade: Promover a capacitação e organização produtiva de comunidades pobres, visando sua inserção competitiva no mercado de trabalho, potencializando seus recursos e vocações econômicas.
Descrição:
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Unidade executora: Adene
Área responsável por gerenciamento ou execução: GDPS
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Macira Sotero

b) Resultados

Projeto : Capacitação de agricultores familiares e formação de agentes de desenvolvimento rural – ADR para apoiar o APL da mandioca.

Processo nº 59333.000360/2005-13

Convênio : ADENE/Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas-FETAG/AL

Objetivo : Capacitar técnicos em agropecuária para atuarem como Agentes de Desenvolvimento Rural - ADR com a implantação de uma rede, em 14 municípios da região agreste de Alagoas, aumentando a oportunidade de acesso a ações de fomento e mudanças no padrão tecnológico da atividade dos agricultores familiar – produção rural sustentável da mandioca.

Beneficiários : Os 980 produtores de mandioca agricultores familiares dos 14 municípios da região agreste de Alagoas envolvidas no projeto.

Parceiros : Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas-FETAG/AL (direto) e as 14 Secretarias de Agricultura municipais beneficiadas pelo projeto.

Indicadores : Eficiência : avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Capacitados 100% dos agricultores e dos ADRs previstos. Realizadas 100% das atividades de campo de capacitação dos agricultores previstos e realizados 100% dos seminários previstos. Funcionamento da rede, incorporando os 14 técnicos, coordenada pela FETAG e pelas Secretarias de Agricultura dos municípios.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Curso de capacitação de técnicos agropecuários em Agentes de Desenvolvimento Rural –ADR;	01 curso 14 técnicos		100%		
Realizar atividades de campo para capacitação de agricultores familiares produtores de mandioca nos municípios selecionados - 70 produtores por município.	- 84 atividades de campo; -14 municípios; - 980 produtores		100%		
Seminários de avaliação e monitoramento.	02		100%		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos da União foram de R\$ 140.000,00, todos liberados em 2006.

Avaliação Crítica : Foi verificado, por meio de visita técnica, que as metas previstas foram cumpridas de acordo com o Plano de Trabalho. Quanto ao indicador de qualidade, foi elaborado um questionário e efetuada uma pesquisa de campo dirigida ao grupo beneficiário. Como ações relevantes do Projeto, o grupo considerou as capacitações proveitosas, uma vez que os conhecimentos adquiridos proporcionaram a incorporação de tecnologias específicas que estão contribuindo para a melhoria da qualidade da produção. Destaca-se ainda, que dos 14 técnicos treinados, 04 foram contratados pelas Prefeituras para prestarem assistência técnica aos agricultores locais. As principais causas de sucesso são creditadas à inserção no Programa estadual PAPL/AL, que possui um gestor em cada APL, um elo importante que mantém contato estreito com os parceiros e beneficiários, sem contar com o impacto da ação na área

Foi verificado, por meio de visita técnica, que as metas previstas foram cumpridas de acordo com o Plano de Trabalho. Quanto ao indicador de qualidade, foi elaborado um questionário e efetuada uma pesquisa de campo dirigida ao grupo beneficiário. Como ações relevantes do Projeto, o grupo considerou as capacitações proveitosas, uma vez que os conhecimentos adquiridos proporcionaram a incorporação de tecnologias específicas que estão contribuindo para a melhoria da qualidade da produção. Destaca-se ainda, que dos 14 técnicos treinados, 04 foram contratados pelas Prefeituras para prestarem assistência técnica aos agricultores locais. As principais causas de sucesso são creditadas à inserção no Programa estadual PAPL/AL, que possui um gestor em cada APL, um elo importante que mantém contato estreito com os parceiros e beneficiários, sem contar com o impacto da ação na área de assistência técnica.

Existe uma preocupação da equipe técnica para efetuar de modo mais preciso o monitoramento do Projeto, e desta forma sugerem os momentos que consideram fundamentais: o momento zero da avaliação “ex-ante”, e um período de três em três meses para avaliação “ex-post”. O relatório final encontra-se em análise na unidade de convênios.

O projeto foi encerrado, no que diz respeito à sua parte técnica, uma vez que o Laudo Técnico Final foi emitido em 07.03.07,. Encaminhado à CCON em 12.03.07 com o parecer de conformidade documental (CCON) e

Técnicos (GDPS). Parecer complementar de conformidade não favorável em 20.03.07. Encaminhado à Auditoria em 11.04.07 para exames, programação de auditoria “in loco” e esclarecimentos. Sem retorno. Aguardando definição formal de competência para emissão do parecer sob os aspectos financeiros, uma vez que a unidade técnica não possui pessoal habilitado.

Responsável implementação das Medidas:

Macira Sotero.

ORÇAMENTO 2006

4.1.7.2.2. AÇÃO 4831 – CAPACITAÇÃO TÉCNICOS MULTIPLICADORES E EMPREENDEDORES

a) Dados Gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Capacitar técnicos para coordenarem as ações em campo - Técnicos Multiplicadores - e capacitar pessoas de comunidades excluídas do desenvolvimento socio-econômico a fim de inseri-las em arranjos e atividades produtivas que promovam dinamização econômica local e contribuam para o Desenvolvimento Regional.
Descrição: Realização de dois tipos de Eventos de Capacitação. Um para a formação e nivelamento de Técnicos Multiplicadores. Outro para a Capacitação profissional da população objetivo para que esta possa desempenhar atividades produtivas identificadas na região e se organizar em micro e pequenos empreendimentos produtivos - são os Eventos de Capacitação em Campo / ECC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Macira Sotero

b) Resultados

Projeto: Apoio ao APL de Laticínios em Alagoas

Processo nº 59333.000292/2006-65

Convênio : ADENE/ Governo do Estado de Alagoas/Secretaria de Planejamento.

Objetivo : Apoiar e qualificar proprietários de queijarias e agricultores familiares (fornecedores de leite) do território da Bacia Leiteira, incluídos no APL de Laticínios do Sertão Alagoano, promovendo ações de capacitação e aquisição de um caminhão Baú visando contribuir para o fortalecimento do processo produtivo, da agregação de valor ao produto e inserção do produto de qualidade em um mercado competitivo .

Beneficiários : Pequenos agricultores familiares (fornecedores de leite) e proprietários de queijarias, incluídos no APL de laticínios no Sertão Alagoano. Em Batalha (40 pessoas), Cacimbinhas (42), Major Izidoro(145), Olho D’água das Flores (10), Santana do Ipanema (12) , perfazendo um total de 249 pessoas capacitadas.

Parceiros : Governo do Estado de Alagoas/Secretaria de Planejamento-SEPLAN (direto), o SEBRAE, a EMBRAPA, a UFAL/SEAGRI/AMA e outros parceiros constantes do PAPL/AL.

Indicadores : Eficiência : avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto R\$	Realizado
1. Capacitar cento e cinquenta e nove (159) queijeiros e profissionais de laticínios de dez (10) localidades distribuídas em cinco (5) municípios (sendo 79 queijeiros (49+30), 50 fornecedores de leite, 30 manipuladores de alimentos); Atividades: - Capacitação em Técnicas de Produção de Queijos, em Cacimbinha, Santana do Ipanema. - Capacitação de com o PAS CAMPO em 10 Empresas: Laticínio São Felix, Laticínio São	159 queijeiros e profissionais 10 localidades 05 municípios 24 Queijeiros e profissionais 50 fornecedores de leite			66.000,00	

Gabriel; Laticínio Barbosa; Laticínio Izidorenses; Laticínio Padre Cícero; Laticínio Terra Vermelha; Laticínio Confiança e Laticínio Santo Cristo, no município de Major Izidoro, Laticínio Andrade, no município de Batalha; Laticínio Medina, no município de Olho D'Água das Flores. - Capacitação de, em Major Izidoro, no Curso de manipulação de alimentos. - Capacitação do setor de laticínios com as técnicas do curso DESPERTAR RURAL, município de Major Izidoro; - Capacitação de de 15 empresas no Curso 5S (D'OLHO) de olho na qualidade, município de Major Izidoro;	30 profissionais 25 queijeiros 30 queijeiros e profissionais				
2. Realizar três (3) eventos (palestras e/ou Clínicas tecnológicas) sobre Legislação ambiental e de alimentos para noventa (90) empresários, de três municípios e um (1) Intercâmbio Técnico. Atividades: - Realização de um evento (palestras e/ou Clínicas tecnológicas) sobre Legislação ambiental e de alimentos para trinta (30) empresários do município de Major Izidoro; - Realização de um evento (palestras e/ou Clínicas tecnológicas) sobre Legislação ambiental e de alimentos para trinta (30) empresários do município Batalha; - Realização de um evento (palestras e/ou Clínicas tecnológicas) sobre Legislação ambiental e de alimentos para trinta (30) empresários do município Cacimbinhas. - Realizar intercâmbio técnico com a participação de 40 queijeiros no V ENEL				44.400,00	
3. Aquisição de um Caminhão, equipado com furgão isotérmico, medindo 5m de comprimento para apoiar a Cooperativa de produtores de derivados do leite de Major Izidoro e Região (COOPDELMI);				100.000,00 invest.	
4. Elaboração e apresentação de relatórios.	03				

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Não houve liberação de recursos. Recursos a liberar no valor de R\$ 210.400,00, sendo R\$ 150.500,00, referente a primeira parcela e R\$ 59.900,00, referente a segunda. Os Recursos decompõem-se em R\$ 110.400,00 do Programa PRODUZIR (custeio) e R\$ 100.000,00 do PROMOVER (investimentos).

Avaliação Crítica : Esse projeto contempla o Programa de Arranjos Produtivos Locais – PAPL/AL (Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais de AL), que faz parte do PPA 2004/2007 do Governo do Estado de Alagoas e conta com a colaboração de instituições públicas e privadas.

A implementação do projeto será orientada por processos participativos baseados no pressuposto da ampliação da capacidade dos empresários de influenciar o processo de desenvolvimento nas regiões em que vivem. Nestes processos será enfatizada a construção de estratégias de organização da produção, visando tanto o abastecimento local com produtos alimentares, quanto o acesso aos mercados de forma mais vantajosa para quem produz e para quem consome.

Os procedimentos para liberação da primeira parcela não puderam avançar em razão da inadimplência do Conveniente (Estado de AL). Após a regularização da situação, foram adotadas as medidas com vistas a efetivação da liberação da 1ª parcela, que se encontra em fase de autorização, prejudicada em virtude do Decreto nº 6.198/07, (extinção da ADENE e criação da SUDENE). O convênio encontra-se em processo de análise quanto à nova prorrogação proposta para 28/04/2008.

Responsável pela implementação de Medidas :

Macira Sotero

4.1.7.2.3. AÇÃO 0692 - APOIO A GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS

a) Dados Gerais

Tipo: Operações Especiais
Finalidade: Promover a inclusão social dos desempregados e comunidades pobres, urbanas e rurais e trabalhadores de empresas em processo de desestruturação produtiva, organizando-os em empreendimentos produtivos
Descrição: Realização de Laboratórios Organizacionais de Terreno – LOT e de Empresas – LOE para a organização produtiva de trabalhadores em empresas associativas, unidades de produção familiares e empreendimentos individuais com vistas a viabilizar o acesso às linhas de financiamento para projetos de investimento gerados pelo Programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Macira Sotero

RAP 2006-

b) Resultados

Projeto: Apoio ao APL da Mandioca – AL

Processo nº 59333.000084/2006-66

Convênio : ADENE/Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas-FETAG/AL.

Objetivo : Implantar uma rede de Agentes de Desenvolvimento Rural – ADR, coordenados pela Federação dos Trabalhadores na agricultura no estado de alagoas – FETAG/AL, visando promover o desenvolvimento rural sustentável tendo como enfoque o protagonismo dos beneficiários na construção de estratégias de desenvolvimento territorial, na viabilização das atividades agrícolas, tendo como centro fortalecimento da organização da produção da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.

Beneficiários : Os 980 produtores de mandioca agricultores familiares dos 14 municípios da região agreste de Alagoas envolvidas no projeto.

Parceiros : Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas-FETAG/AL (direto) e o PAPT- AL.

Indicadores : Eficiência : Será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficiência : percentual de alcance das metas em relação ao previsto.

Metas Físicas e Resultados Financeiros:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Capacitação de Agricultores familiares Produtores de Mandioca em multiplicadores de desenvolvimento rural – ADR em: 1. Manejo da cultura da mandioca : adaptação de novas variedades; 2. Formas de utilização e tratamento dos resíduos da mandioca; 3. Diversificação das formas de utilização da mandioca: alimentação animal; 4. Beneficiamento da raiz: legislação vigente; 5. Gestão da produção: custo de produção e formação de preços; 6. Processo de organização coletiva: associativismo e cooperativismo	84 atividades 14 municípios	-	Seleção dos 14 Agentes de Desenv. Rural ADR's; Seleção dos 980 agricultores; Capacitações nas etapas 01, 02 e 03		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos da União somam R\$ 99.456,00. Foi liberada a 1ª parcela no valor de R\$ 49.728,00, restando um saldo de mesmo valor.

Avaliação Crítica : Este convênio visa dar continuidade as atividades iniciadas em convênio anterior com vistas a capacitar os produtores em técnicas de gestão da produção além de desenvolver o processo de organização coletiva em associativismo e cooperativismo. Devido ao atraso na liberação da 1ª parcela, o convênio foi prorrogado até 14/10/07, e foi solicitado novo prazo pela FETAG.

Os Agentes de Desenvolvimento Rural – ADR - realizaram um levantamento de informações solicitadas pela ADENE.

E em novembro de 2007 foi enviado relatório parcial das atividades do projeto durante o período de maio a setembro de 2007, elaborado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas-FETAG/AL.

Foi relatado e verificado no relatório de acompanhamento e visita técnica de campo da ADENE/GDPS realizada pela Técnica Maria F. Teresa O. de Lima no período de 27 a 31 de agosto de 2007 as seguintes comprovações:

1. A prestação de serviços e assistência técnica/capacitação dos ADRs aos agricultores de mandioca dos municípios beneficiados aconteceu da forma prevista e especificada no Plano de Trabalho, que pode ser verificada por meio dos relatórios dos ADRs encaminhados a FETAG/AL com listas de presença das capacitações como também com as listas dos 980 agricultores cadastrados, visitados nos 14 municípios selecionados. Portanto, consideramos que a agenda dos cursos previstos no Plano de Trabalho está acontecendo em conformidade ao previsto, de acordo com a verificação nas listas de presença e no conteúdo programático desses cursos;
2. Foram realizadas outras atividades paralelas que não estavam previstas no PT, mas que precisaram ser executadas para que se efetuassem as capacitações, como a seleção dos 14 ADRs municipais e o cadastramento dos 980 produtores beneficiados nos 14 municípios selecionados;
3. Comprovação financeira das despesas realizadas precisa ser analisada, pela áreas competentes desta Instituição a fim de se averiguar a boa e regular execução dos recursos despendidos no projeto se não existe nenhuma pendência que precise ser esclarecida à luz dos documentos comprobatórios e enviados e das legislações vigentes. Pelo exposto no “Relatório Parcial das Atividades” da FETAG/AL e após a análise constante do ” Relatório Técnico” de acompanhamento/monitoramento da GDPS/ADENE constatando a execução das atividades previstas relativas ao Convênio nº084/2006 –ADENE/IFETAG/AL, considerou-se que as condições apresentadas encontram-se dentro da normalidade, isto é, do esperado para a fase em que se encontram os trabalhos e que a FETAG/AL esta executando o objeto deste convênio.

Há parecer favorável à liberação da segunda parcela. Como medida corretiva a avença foi encaminhada ao Ministério da Integração solicitando a dilatação do prazo. Todavia, o Ministério não autorizou a prorrogação pretendida o que resultou no encerramento do convênio. mesmo que o executor tenha solicitado esta medida em tempo hábil. Efetuada notificação e solicitação da prestação de contas dos recursos transferidos da primeira parcela ao Conveniente.

Responsável pela implementação das Medidas :

Macira Sotero

4.1.8. PROGRAMA 0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENV. REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

4.1.8.1. Dados Gerais

Tipo: Atividade
Objetivo geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.
Gerente do programa: Ministério da Integração Nacional
Gerente executivo: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Indicadores:
Público alvo:

RAP 2005

4.1.8.2. Gestão das ações

4.1.8.2.1. AÇÃO 4534 – ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENV. REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Subsidiar o melhoramento do processos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, especialmente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, da Política Nacional de Ordenamento Territorial e dos Planos Regionais de Desenvolvimento.
Descrição: Realização de estudos e pesquisas de conjuntura e prospectiva, envolvendo áreas temáticas relacionadas à socioeconomia regional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Planejamento da Informação – GPIN/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Frederico Cavalcanti

b) Resultados

Projeto : Levantamento das necessidades de Capacitação do Setor Produtivo do Nordeste.

Processo nº 59333.000426/2005-88

Convênio : ADENE/Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTec/PB.

Objetivo : Realizar pesquisa de campo para levantamento primário de dados, compilação de dados secundários e elaboração de proposições visando a explicitação das necessidades de capacitação dos setores econômicos, com as respectivas cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais –APLs, priorizados pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Beneficiários : População e setores produtivos integrantes de cadeias e arranjos produtivos locais priorizados pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste-PDNE

Parceiros : A Fundação PaqTec/PB (direto) e a Universidade Federal de Campina Grande.

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Até o momento não foi concluída nenhuma meta.

Metas Físicas e Resultados no exercício:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1) Identificar os empreendimentos em vias de implantação, com maior potencial para a geração de emprego e renda na Região Nordeste, com as suas respectivas necessidades de qualificação, atividades de capacitação aos agricultores familiares produtores de mandioca, nos municípios selecionados, durante 06 meses	2 Relatórios	-	Em fase de conclusão		
2) Identificar os setores atualmente mais carentes em termos de qualificações de mão-de-obra na economia do Nordeste .	3 Relatórios	-	Em andamento		
3) Explicitar as necessidades específicas de capacitação de mão-de-obra em cada um dos setores econômicos e atividades das cadeias produtivas e APLs identificados.	3 Relatórios	-	Em andamento		
4) Definir quais as prioridades de capacitação nas atividades dos diversos setores econômicos atuais, assim como, as demandas prioritárias de capacitação dos novos empreendimentos.	3 Relatórios;	-	-		
5) Relatório Final.	1 Relatório	-	-		

Fonte: GDPS

Avaliação Financeira: Os recursos da União no projeto somam R\$ 215.600,00, todos liberados em 2006.

Avaliação Crítica : A meta 1 encontra-se em fase de conclusão. Foram levantados os dados secundários. O andamento da ação foi fortemente prejudicado pelo calendário eleitoral de 2006, a fase de transição dos governos estaduais e a indefinição da situação institucional da SUDENE. Foram concluídos acordos com o IEL para coleta de dados para questões específicas das metas 2 e 3, com os estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Pernambuco. Aguardando a posição nos seis estados restantes, com prazo de conclusão para maio de 2008. A vigência do convênio foi prorrogada para 30/05/08 e publicada no DOU em 31/12/07.

Responsável pela implementação das medidas :

Vernon Walmsley

4.1.8.2.2. AÇÃO 8349 – AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Avaliar periodicamente planos, programas, ações e projetos de desenvolvimento regional, verificando seu nível de implementação e aderência dos resultados referentes à PNDR e seu nível de interação e articulação com outras políticas. programas e ações com expressão territorial relevante na macrorregião.
Descrição: Realização de estudos e pesquisas voltados para identificação conjunta com entidades promotoras de políticas públicas de indicadores de monitoramento e avaliação e de prospecção que, em respeito às respectivas institucionalidades, possibilite a necessária articulação das ações com vistas a redução das desigualdades e ampliação das oportunidades detectadas, oferecendo insumos para a elaboração do relatório anual de avaliação da PNDR, conforme estabelecido pelo Decreto 6.047, de 22/02/2007
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Planejamento da Informação – GPIN/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Frederico Cavalcanti

4.1.8.2.3. AÇÃO 4664 - CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tipo: Atividade
Finalidade: Capacitar recursos humanos para conduzir processos descentralizados e participativos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.
Descrição: Realização de cursos de especialização, seminários, congressos e outros eventos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução:

Os projetos : Caracterização das Mesorregiões do Araripe e do Cristalino do Nordeste; e, Caracterização as Mesorregiões do Xingó e do Jequitinhonha do Nordeste, que se seguem, envolvem recursos das duas Ações caracterizadas acima, a 8349 e a 4664.

b) Resultados

Projeto: Caracterização das Mesorregiões do Araripe e do Cristalino do Nordeste

Processo nº 59333.000290/2005-95

1º Contrato nº 10/2005 – ADENE / DATAMÉTRICA CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA

Objetivo : Caracterizar as mesorregiões do Araripe e do Cristalino do Nordeste, definidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com informações sócio-econômicas, estruturais e institucionais, mapeadas por municípios.

Beneficiários : Agência de Desenvolvimento do Nordeste, Governos Estaduais e municipais da área de atuação da ADENE, universidades, entidades de estudos e pesquisas sociais e econômicas; Ministério da Integração Nacional.

Indicadores : Eficiência: será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. O executor cumpriu com a entrega de 100 % dos produtos contratados. Os serviços foram executados de acordo com os termos de referência, em 100 %.

Metas Físicas e Resultados no exercício:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1) Banco de dados em meio digital das informações levantadas;	1	Concluído	-		
2) Relatório com levantamento exaustivo das variáveis;	1	Concluído	-		
3) Construção de indicadores que representem a situação atual de desenvolvimento sócio-econômico, cultural e institucional das mesorregiões;	1	Concluído	-		
4) Relatório com as justificativas dos indicadores;	1	Concluído	-		
5) Relatório com os principais empecilhos ao desenvolvimento endógeno e possíveis soluções, servindo de subsídio para o direcionamento das ações e dos mecanismos de promoção do desenvolvimento;	1	Concluído	-		
6) Relatório base para a publicação do trabalho.	1	Concluído	-		
Total				69.250,00	

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: Os recursos da Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda. foram totalmente liberados em 2007.

OBSERVAÇÃO: Este processo contém 2 contratos, um com a DATAMÉTRICA CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKEETING LTDA, no valor de R\$ 69.250,00 (restos a pagar de 2005) e outro com a MÉTODO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, no valor de R\$ 65.995,00 , também RAP 2005. Os recursos para os contratos foram provenientes da Ação 04.121.0757.8349.0001 – no valor de R\$ 75.445,11 e da Ação 04.121.0757.4664.0020 – no valor de R\$ 59.800,00, perfazendo o total para realização dos dois projetos R\$ 135.245,00.

Avaliação Crítica :A vigência inicial foi 30/03/06. Foi prorrogado por meio do 1º Termo Aditivo para 30/06/06. O 2º Termo Aditivo foi para 30/09/06 e o 3º Termo Aditivo, para 30/11/06. Produto foi entregue pela Datamétrica em 01/11/06. Necessitando adequações em razão das alterações, efetuadas pelo Ministério da Integração Nacional, nas áreas geográficas das Mesorregiões.

Responsável pela implementação das Medidas :

Frederico Cavalcanti.

2º Contrato nº 11/2005 - MÉTODO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

Objetivo: Caracterizar as mesorregiões do Xingó e do Jequitinhonha, definidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com informações sócio-econômicas, estruturais e institucionais, mapeadas por municípios.

Beneficiários : ADENE/SUDENE, Governos dos estados e municípios da área de atuação da ADENE/SUDENE, universidades, institutos de pesquisa social e econômica, Ministério da Integração Nacional.

Indicadores : Eficiência : : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios..

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto. Realizado 50 % do trabalho.

Metas Físicas e Resultados no exercício:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
Banco de dados em meio digital das informações levantadas;	2 Relatórios	Concluído	-		
1) Relatório com levantamento exaustivo das variáveis;					
2) Construção de indicadores que representem a situação atual de desenvolvimento sócio-econômico, cultural e institucional das mesorregiões;					
Relatório com as justificativas dos indicadores.	1 Relatório	Concluído	-		
3) Relatório com os principais empecilhos ao desenvolvimento endógeno e possíveis soluções, servindo de subsídio para o direcionamento das ações e dos mecanismos de promoção do desenvolvimento;					
4) Relatório base para a publicação do trabalho.	1 Relatório	-	-		

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: Os recursos da Método Consultoria e Serviços Ltda. não foram liberados.

OBSERVAÇÃO: Este processo contém 2 contratos, um com a DATAMÉTRICA CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA, no valor de R\$ 69.250,00 (restos a pagar de 2005) e outro com a MÉTODO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, no valor de R\$ 65.995,00 , também RAP 2005. Os recursos para os contratos foram provenientes da Ação 04.121.0757.8349.0001 – no valor de R\$ 75.445,11 e da Ação 04.121.0757.4664.0020 – no valor de R\$ 59.800,00, perfazendo o total para realização dos dois projetos R\$ 135.245,00.

Avaliação Crítica : Em 2006 o executor não cumpriu com a entrega do terceiro produto contratado. Há a necessidade de alteração e adequação do produto final em análise na área técnica, em razão de redefinições quanto ao executor e à mudança da área do Cristalino definida pelo Ministério da Integração Nacional, havendo necessidade de ajustes nas metas físicas.

A vigência inicial foi 30/03/06. Foi prorrogado por meio do 1º Termo Aditivo para 30/06/06. O 2º Termo Aditivo foi para 30/09/06 e o 3º Termo Aditivo, para 30/11/06. Em exame na área técnica para providências.

Responsável pela implementação das Medidas :

Frederico Cavalcanti.

ORÇAMENTO DE 2006

4.1.8.2.4. AÇÃO 4534 – ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENV. REGIONAL E ORDEN. TERRITORIAL

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Subsidiar o melhoramento dos processos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, especialmente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, da Política Nacional de Ordenamento Territorial e dos Planos Regionais de Desenvolvimento.
Descrição: Realização de estudos e pesquisas de conjuntura e prospectiva, envolvendo áreas temáticas relacionadas à socioeconomia regional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: GPIN – Gerência de Planejamento da Informação – GPIN/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Frederico Cavalcanti

AÇÃO 4664 - CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tipo: Atividade
Finalidade: Capacitar recursos humanos para conduzir processos descentralizados e participativos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.
Descrição: Realização de cursos de especialização, seminários, congressos e outros eventos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução:

O projeto : **Inventário e Preservação do Patrimônio Histórico da Biblioteca Celso Furtado**, que se segue, envolve recursos das duas Ações caracterizadas acima, a 4534 e a 4664.

b) Resultados

Projeto: Inventário e Preservação do Patrimônio Histórico da Biblioteca Celso Furtado - SUDENE

Processo nº 59333.000017/2006-41

Convênio : ADENE/Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes – NECTAR.

Objetivo : Reestruturação do acervo da Biblioteca Celso Furtado da SUDENE. Essa reestruturação constitui-se de levantamento e digitalização do patrimônio histórico da Biblioteca Celso Furtado, da extinta SUDENE, sob os cuidados da ADENE, bem como o desenvolvimento e implantação de sistema de capacitação de servidores sobre o assunto.

Beneficiários : Público em geral, técnicos da ADENE/SUDENE, universidades, instituições de pesquisa nacional e internacional.

Parceiros : Núcleo de Empreendimentos em Ciência, Tecnologia e Artes – NECTAR/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Indicadores : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio dos relatórios.

Eficácia : percentual de alcance das metas em relação ao previsto.

Metas Físicas e Resultados no exercício:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
1) Diagnóstico e Planejamento				24,000	
1.1 Levantamento, quantitativo e metrilinear do acervo					
1.2 Levantamento dos fundos que compõem a coleção					
1.3 Identificação do estado físico do acervo					
1.4 Planejamento de intervenção no acervo					

2)Acervo Biblioteca; 2.1.1 Acervo Biblioteca: Digitalização e extração de dados 2.1.2 Acervo Biblioteca: Tratamento de imagem 2.1.3 Acervo Biblioteca: OCR e extração de dados 2.1.4 Acervo Biblioteca: Descrição com metadados 2.1.5 Acervo Biblioteca: Capacitação de profissionais da Adene 2.2 Acervo do Conselho Áudio 2.2.1 Acervo do Conselho Áudio: Digitalização e extração de dados 2.2.2 Acervo do Conselho Áudio: Tratamento e transcrição de áudio 2.2.3 Acervo do Conselho Áudio: Descrição com metadados 2.2.4 Acervo do Conselho Áudio: Capacitação de profissionais da Adene 2.3 Mapoteca 2.3.1 Mapoteca: Digitalização e extração de dados 2.3.2 Mapoteca: Tratamento de imagens 2.3.3 Mapoteca: Descrição com metadados 2.3.4 Mapoteca: Capacitação de profissionais da Adene	01			226.600	
4) Desenvolvimento e implantação do Sistema GED 3.1 Customização (banco de dados e interfaces) 3.2 Instalação do sistema 3.3 Testes do sistema 3.4 Alimentação dos dados e treinamento 3.4.1 Alimentação dos dados e treinamento: Alimentação do sistema				49.200	

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: Os recursos da União no projeto somam R\$ 299.800,00, sendo R\$ 240.000,00 da Ação 4534 – Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial (dos quais foram liberados em 18.05.07, o valor de R\$ 120.000,00) referente à primeira parcela, e previstos R\$ 59.800,00 da Ação 4664 – Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial., o qual não teve liberação, restando um saldo total de R\$179.800,00.

Avaliação Crítica : O andamento do convênio foi fortemente prejudicado pela indefinição da situação institucional da SUDENE. Observada divergência entre Plano de Trabalho e Termo Aditivo em relação ao número de parcelas. O processo foi encaminhado ao setor técnico, GPIN, para análise de custos. A execução do convênio foi suspensa para esclarecimentos, ajustes e correção. Convênio prorrogado de ofício para 09.04.08.

Responsável pela Implementação das Medidas :

Frederico Cavalcanti

4.1.8.2.5. AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA (NACIONAL)

a) Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas
Descrição: essas despesas compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota de uso particular ou de terceiros por ordem da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União cedidos ou alugados utilizados pelos órgãos da união; tecnologia da informação sob a ótica meio, incluindo o apoio a ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informação gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídio às formulação de políticas

públicas, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas .
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Gerência de Planejamento da Informação – GPIN/ADENE
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Frederico Cavalcanti

Fonte: SIGPLAN

b) Resultados

Projeto : Usina Escola de Biodiesel

Processo nº 59333.000165/2006-66

Convênio : ADENE/Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Objetivo : Construção de Usina Escola de biodiesel com recursos do Programa PROMOVER. O convênio destina-se à construção do galpão.

Beneficiário : Todos os segmentos envolvidos com o projeto, como universidades, governo do estado e produtores entre outros.

Parceiro : Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

Indicador :Eficácia : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades verificada por meio de vistorias.

Eficiência: percentual do galpão construído. 0%

Metas Físicas e Resultados no exercício:

Descrição	Metas Físicas			Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado 2006	Realizado 2007	Previsto	Realizado
- Construção de um galpão.	1			100.000	

Fonte: GPIN

Avaliação Financeira: O valor do convênio é de R\$ 100.000,00, originados da União. A avença foi assinada em 29/12/06. Liberados R\$75.500,00 referentes à primeira parcela, em 16.05.07., restando um sando de R\$ 24.500,00

Avaliação Crítica : Projeto com execução atrasada. Vigência do Convênio prorrogada até 11.02.08. Convênio extinto, Conveniente notificado e prestação de contas solicitada.

Responsável pela implementação das Medidas :

Maria Helena Lima

ORÇAMENTO DE 2007

4.1.8.2.6. AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

a)Dados gerais

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e vinculadas)
Área responsável por gerenciamento ou execução: Coordenação Geral de Administração e Finanças – CGAF/Coordenação de Recursos Humanos-CRH/ADENE

Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Ângela Lima

b) Resultados

Projeto : Capacitação dos servidores da ADENE.

Objetivo : Promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, ao crescimento profissional, aos objetivos institucionais e aos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade.

Beneficiário : Servidores ativos lotados na Agência de Desenvolvimento do Nordeste

Parceiro : Ministério da Integração Nacional.

Indicador : Eficiência : será avaliada pelo % de recursos aplicados por quantidades produzidas das atividades
Eficácia: percentual de alcance das metas em relação ao previsto - 72% de servidores capacitados.

Metas Físicas : A meta da Coordenação é atingir 100% de participação dos servidores em eventos que promovam o desempenho profissional e gerencial, a integração e a melhoria da qualidade de vida. Foram promovidos 37 eventos. Dos 172 servidores em exercício na ADENE, 123 foram capacitados e 49 servidores não participaram de capacitação.

Avaliação Financeira: A proposta inicial aprovada para a ADENE na ação de capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação foi de R\$ 300.000,00. O orçamento autorizado até agosto/2007, foi de R\$ 160.000,00. Deste montante foram utilizados R\$ 104.755,00. O Saldo no valor de R\$55.246,00 foi cancelado.

Avaliação Crítica: As atividades desenvolvidas referem-se à execução dos programas de capacitação de autodesenvolvimento, qualidade de vida, desenvolvimento técnico/profissional e desenvolvimento gerencial. O processo de capacitação no primeiro semestre configura como o início das atividades, concluindo-se que, no segundo semestre as atividades desta área tornam-se mais intensas, devido ao processo de articulação com instrutores e entidades promotoras de eventos.

Considerando a interrupção das ações de capacitação, devido ao Decreto de Regulamentação da Sudene, que acarretou no bloqueio do orçamento da ADENE, o desenvolvimento das atividades constantes no Plano de Capacitação ficou prejudicado.

Além disso, o planejamento para atingir 100% de participação dos servidores no processo de capacitação, ficou interrompido, não havendo outra maneira senão reprogramar a meta para os próximos exercícios. Enfatizamos a meta a ser atingida nos próximos exercícios, porque a análise do contexto de clima organizacional requer atenção nas relações intra e inter institucionais, motivação de equipes, atualização profissional e desenvolvimento/adaptação do corpo gerencial.

Há que se destacar o curso de Operações Estruturadas realizado com a finalidade de capacitar em serviço e aperfeiçoar os técnicos da GIPI/AAP na análise e avaliação dos projetos, para a Gestão do FDNE bem como no acompanhamento dos procedimentos operacionais da ADENE, com redefinição de atribuições, normatização de processos .

Beneficiário : Unidades de análise e Avaliação de projetos, e de Acompanhamento dos Procedimentos Operacionais da Adene. Dentre as Medidas implementadas para melhoria da eficiência foi efetuada mudança de estrutura e organização com o incremento do grupo de servidores vindos de outras unidades da ADENE. Abaixo quadro detalhado dos eventos realizados.

Eventos de capacitação e número de participantes

	Evento	Nº Part
1	CURSO VIGILÂNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR	2
2	CAPACITAÇÃO ANÁLISE REGIONAL COM USO DE CARTOGRAFIA TEMÁTICA - PHILCARTO	2
3	CAPACITAÇÃO EM ARQUIVO E PROTOCOLO	2
4	CAPACITAÇÃO GESTÃO ESTRATÉGICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL	4
5	CERIMONIAL PARA OS SETORES PÚBLICOS	1
6	CURSO A FUNÇÃO GERENCIAL DA SECRETARIA	3
7	CURSO A ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS COMO FATOR DE EFICIÊNCIA DOS ALMOXARIFADOS DO SETOR PÚBLICO	3
8	CURSO ATUALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	2

9	CURSO CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TECNICA INTERNACIONAL	2
10	CURSO CONTABILIDADE PÚBLICA	39
11	CURSO CONTABILIDADE PÚBLICA - A	1
12	CURSO CONTABILIDADE PÚBLICA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1
13	CURSO EM SOFTWARE DE GEOPROCESSAMENTO	2
14	CURSO GESTAO DE DOCUMENTOS - LEGISLAÇÃO ARQUIVISTICA BRASILEIRA, INSTRUMENTOS TÉCNICOS E PROCEDIMENTOS PARA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO	1
15	CURSO GESTÃO E LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA PARA SERVIDORES E FORNECEDORES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	1
16	CURSO INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	2
17	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1
18	CURSO OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	15
19	CURSO PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE DE PATRIMÔNIO E DE MATERIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3
20	CURSO PRÁTICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI 8.666/93	2
21	CURSO PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO SERVIÇO PUBLICO	1
22	CURSO PROCEDIMENTOS E ROTINAS PARA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA:INCLUINDO TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS	7
23	CURSO PROCEDIMENTOS E ROTINAS SOBRE CONTABILIDADE PUBLICA, GESTÃO FINANCEIRA E RESULTADOS...	1
24	CURSO REAJUSTE, REVISAO E ALTERAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	2
25	CURSO SELEÇÃO POR COMPETÊNCIA E ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE TREINAMENTO	1
26	CURSO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE OCUPACIONAL DOS SEVIDORES PÚBLICOS	1
27	CURSO SUPRIMENTO DE FUNDOS	20
28	CURSO VIGILÂNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR	16
29	ENCONTRO XXVII CNDP - ENCONTRO DA COMISSAO NACIONAL DE DIRIGENTES DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS	1
30	NOVOS RUMOS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA	2
31	OFICINA DE INTEGRAÇÃO	43
32	OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS	51
33	PALESTRA QUALIDADE DE VIDA	26
34	SEMINÁRIO ENERGIA EÓLICA	2
35	SEMINÁRIO DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS PPPS	2
36	WORKSHOP DE AQUICULTURA E PESCA COM ÊNFASE À MARICULTURA	10

Fonte CGAF/CRH

Responsável pela implementação das Medidas :

Angela Gouveia de Lima

4.1.8.2.7. AÇÃO 12DW: RECUPERAÇÃO E REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE

Tipo: Projeto
Finalidade: Garantir condições mínimas de trabalho no edifício sede da Adene, permitindo o adequado desenvolvimento das atividades da Agência.
Descrição: Recuperação e reforma das instalações físicas, elétricas e hidráulicas do Edifício sede da Adene
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
Unidade executora: Ministério da Integração Nacional(ADENE)
Área Responsável Por Gerenciamento Ou Execução: CGAF – Coordenação Geral de Administração e Finanças
Coordenador nacional da ação:
Responsável local pela execução: Romel Corrêa

Processo iniciado pela Adene, mas com contrato formalizado pela Sudene

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 – COMENTÁRIOS GERAIS

No último semestre de 2006 a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE da ADENE desenvolveu um trabalho que visava a construção de indicadores distribuídos em 7 (sete) macroprocessos que refletiriam a ação político-institucional à luz de sua missão institucional : implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento do Nordeste. Esses macroprocessos e seus indicadores - previstos para serem discutidos, melhorados e implementados em 2007, por uma série de motivos, particularmente pela absorção do pequeno quadro da CGGE nas discussões do PPA 2008-2011 ao longo de todo o primeiro semestre, não chegaram a ser discutidos, contudo sua concepção original é a que adiante está explicitada. Seu registro aqui não se presta como base para análise de desempenho operacional, afinal não foi sequer submetido à apreciação da Junta Colegiada da ADENE, mas objetiva, unicamente, compartilhar uma preocupação que também era da Autarquia : a necessidade de se trabalhar o estratégico-institucional em novas bases.

- Planejamento do Desenvolvimento Regional;
- Promoção Social e Desenvolvimento Sub-regional;
- Fomento do Desenvolvimento Regional;
- Comunicação Social;
- Desenvolvimento e Valorização do Servidor;
- Suporte Operacional;
- Gestão Corporativa.

Dificuldades de toda ordem, ocorridas em 2007, já relatadas no início deste relatório inviabilizaram a sua implementação. De qualquer forma, tais macroprocessos deverão ser objeto de novos estudos haja vista a missão da nova Autarquia criada em 03/01/07. Pretende-se, após as devidas discussões internas, aperfeiçoamentos e ajustes, a sua implementação. Adiante segue o detalhamento desses macroprocessos e dos respectivos indicadores.

5.2 DETALHAMENTO DOS MACROPROCESSOS

5.2.1 MACROPROCESSO : Planejamento do Desenvolvimento Regional

5.2.1.1 - ELEMENTOS COMPONENTES

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Clientes
Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais	Diretrizes das políticas nacionais e Planos Plurianuais do Governo Federal	Estudos e Pesquisas	Relatórios temáticos sobre questões de política nacional e regional, propostas estratégicas de políticas, planos e programas regionais.	Secretárias de Estado e de Municípios, ONGs, Universidades e sociedade organizada.
Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Institutos e Fundações de Estudos e Pesquisas.	Sistemas de Informações, Bancos de Dados	Levantamento e coleta de dados e informações georreferenciadas, e pesquisa de campo	Relatórios, mapas, portais (sites) externos, redes de informação.	Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Institutos e Fundações de Estudos e Pesquisas, ONGs e sociedade organizada.
Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Institutos e Fundações de Estudos e Pesquisas.	Estudos e pesquisas publicadas	Consolidação das informações colhidas e comparabilidade com a realidade atual.	Equalização do conhecimento, por meio de ciclos de discussões para troca de informações e seminários/congressos, publicações	Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Institutos e Fundações de Estudos e Pesquisas, ONGs e sociedade organizada.

5.2.1.2 - INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Pesquisas realizadas e publicadas.	(Número de pesquisas e estudos realizados e publicados dividido pelo total das pesquisas e estudos programados no ano) x 100	100 %	4 anos	Produtividade
Apoio à tomada de decisões.	(Quantidade de pesquisas e estudos que contribuíram para a definição de políticas e programas dividido pelo total das pesquisas e estudos realizados no ano) x 100	100 %	5 anos	Qualidade
Eficácia na aplicabilidade dos Estudos e Pesquisas	Percentual de pesquisas e estudos efetivamente utilizados na definição e redefinição de políticas e programas, em comparação ao total de pesquisas e estudos desenvolvidos.	100 %	Anual e permanente	Qualidade

5.2.1.3 – UNIDADE GERENCIAL

Gerência de Planejamento da Informação – GPIN/ADENE.

5.2.1.4 - NEGÓCIO

Promover a realização de estudos e pesquisas, a formulação de estratégias, planos, programas, realizar avaliações sócio-econômicas, desenvolver estratégias de integração e articulação das políticas regionais, conceber e implementar, em articulação com o órgão competente, sistemas de informação, de forma a difundir conhecimento, bem como, promover a elaboração de prioridades que nortearão a aplicação de recursos do FDNE e dos incentivos especiais.

5.2.2 MACROPROCESSO : Promoção Social e Desenvolvimento Sub-Regional

5.2.2.1 - ELEMENTOS COMPONENTES

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Clientes
Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais	Diretrizes das políticas nacionais e Planos Plurianuais do Governo Federal	Implementação de ações previamente negociadas no Comitê de Programas do MI pelos Coordenadores de Ações da ADENE, com intervenções em sub-regiões de planejamento previstas pelo PDNE, e por sua vez, nos Arranjos Produtivos também previamente mapeados ou caracterizados pela ADENE ou pelo MI.	Capacitandos nos APLs; aparelhamento/mdernização de laboratórios	Secretárias de Estado e de Municípios, ONGs, Universidades e sociedade organizada.

5.2.2.2 – INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Cobertura das ações em relação aos parâmetros pactuados no Plano de Ação	N.º de projetos implantados /N.º de projetos pactuados;	100 % da programação pactuada	Anual	Eficácia
Grau de conformidades de realização das ações	Nº de projetos com parecer de conformidade obtido pela realização de auditoria interna em relação ao nº total de projetos	0 % de não conformidade nas auditorias internas	anual	Efetividade

5.2.2.3 – UNIDADE GERENCIAL

Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS/ADENE.

5.2.2.4 - NEGÓCIO

Promover, em regime de cooperação com as forças sociais da região, o desenvolvimento incluyente e sustentável, apoiar iniciativas de desenvolvimento local e promover a integração de rede de instituições sub-regionais e locais, coordenar a implementação de ações de cunho social, promover iniciativas de capacitação gerencial e laboral e promover ações programáticas preventivas de Defesa -Civil.

5.2.3 MACROPROCESSO : Fomento do Desenvolvimento Regional

5.2.3.1 – ELEMENTOS COMPONENTES

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Clientes
Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais, empresas privadas, ONGs e OSCIPs.	FDNE, FNE e suas diretrizes e prioridades, Transferências voluntárias da União.	Implementação de ações previamente negociadas no Comitê de Programas do MI com os Coordenadores de Ações da ADENE.	Capacitando nos APLs; aparelhamento/modernização de laboratórios	Secretárias de Estado e de Municípios, ONGs, Universidades e sociedade organizada.
Empresas privadas.	Pleitos apresentados (cartas-consulta e projetos) e aprovados.	Aprovação de projetos privados, considerados prioritários com recursos do FDNE.	Fortalecimentos de cadeias produtivas específicas, de clusters, geração de emprego, de renda, e aumento da receita fiscal da região	Empresas privadas, União, Estados e Municípios. Estes 3 últimos em razão das conseqüências do funcionamento do projeto

5.2.3.2 – INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
FBKF	(Participação do setor da empresa beneficiada nos investimentos regionais no ano, dividido pela FBKF regional) x 100	4 % aa	Permanente, mas com apuração semestral	Variação periódica do Crescimento da FBKF .
Receita Fiscal IPI	(Participação do setor da empresa beneficiada no recolhimento do IPI no ano, no Estado e na Região, dividido pelo IPI recolhido no estado e na região) x 100	A primeira apuração servirá de base	Permanente, mas com apuração semestral	Crescimento da Receita Fiscal dos Estados e da União propiciada pelos projetos implantados com o FDNE
Receita Fiscal ICMS	(Participação do setor da empresa beneficiada no recolhimento do ICMS no ano no Estado e na Região, dividido pelo ICMS recolhido no estado e na região) x 100	A primeira apuração servirá de base	Permanente, mas com apuração semestral	Crescimento da Receita Fiscal dos municípios, Estados e da União, propiciada pelos projetos implantados com o FDNE
Oportunidades de investimento	Montante de recursos aplicados por ano, (união+Estados+municípios) em projetos relacionados com os apoiados pelo FDNE.	A primeira apuração servirá de base	Apuração quinquenal	Alavancagem de Oportunidades
Empregos gerados	(Participação do setor da empresa beneficiada na geração de empregos no Estado e na Região, dividido pelo total de empregos do setor no estado e na região) x 100	A primeira apuração servirá de base	Permanente, mas com apuração anual	Crescimento do emprego propiciado pelos projetos implantados com o FDNE

Continua

Continuação

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Total de pleitos aprovados e contemplados com transferências voluntárias, por Estado.	(Total de pleitos aprovados no Estado para fins de transferências voluntárias dividido pelo total de pleitos aprovados no exercício) x 100. Se o pleito abranger mais de um estado, incluir na contagem esse acréscimo.	A primeira apuração servirá de base	Permanente, mas com apuração mensal	Desempenho da demanda por transferências voluntárias, por Estado, no exercício
Recursos orçamentários aplicados pelo FDNE, por Estado	(total dos recursos via transferências voluntárias aplicados no exercício, no Estado, dividido pelo total das transferências voluntárias repassadas na Região) x 100	A primeira apuração servirá de base	Permanente, mas com apuração mensal	Desempenho orçamentário no exercício

5.2.3.3 – UNIDADE GERENCIAL

Gerência de Planejamento da Informação – GPIN, Gerência de Desenvolvimento Sub-regional e Promoção Social – GDPS e Gerência de Implementação de Programas de Investimento – GIPI da ADENE.

5.2.3.4 - NEGÓCIO

Identificar, apoiar e promover o investimento e o desenvolvimento incluyente e sustentável em espaços subregionais, e as iniciativas oriundas dos setores produtivos, dos governos estaduais e dos municípios em regime de cooperação com as forças sociais da região.

5.2.4 MACROPROCESSO : Comunicação Social**5.2.4.1 - ELEMENTOS COMPONENTES**

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Cientes
Órgãos federais, Governos Estaduais e Municipais, empresas privadas, ONGs e OSCIPs.	FDNE, FNE e suas diretrizes e prioridades, Transferências voluntárias da União.	Disseminação interna e externa, das ações de desenvolvimento regional em curso	Boletins, folders, drops na imprensa, eventos promocionais, divulgação na internet	Secretárias de Estado e de Municípios, ONGs, Universidades, imprensa e sociedade civil organizada.
Empresas privadas.	Pleitos apresentados (cartas-consulta e projetos) e aprovados.	Disseminação interna e externa, das ações de desenvolvimento regional em curso	Boletins, folders, drops na imprensa, eventos promocionais, divulgação na internet	Empresas privadas, União, Estados e Municípios. Estes 3 últimos em razão das conseqüências do funcionamento do projeto

5.2.4.2 – INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Interação com a Sociedade	Evolução do nº de consulta semestrais	Sistema interativo de disseminação de fatos e eventos	Permanente, com avaliação semestral	Eficácia
Comunicação interna	Avaliação censitária semestral da satisfação do servidor	100 % dos servidores da SUDENE	6 meses	Eficácia

5.2.4.3 – UNIDADE GERENCIAL

Gabinete/Coordenação de Comunicação Social da ADENE.

5.2.4.4 - NEGÓCIO

Promover a comunicação interna e o relacionamento com a imprensa, utilizando todos os recursos de mídia disponíveis, sobre fatos/acometimentos considerados estratégicos no ambiente informacional, bem como, eventos promocionais relacionados com as atividades de interesse da ADENE.

5.2.5 MACROPROCESSO : Desenvolvimento e Valorização do Servidor

5.2.5.1 - ELEMENTOS COMPONENTES

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Cientes
-Secretaria Nac. de RH do MPO; -Coordenação-Geral de Rh do MI; -Servidores da ADENE; - Escola Nacional de Adm. Pública.	- Plano de Carreira; - Plano de Capacitação; - Grau de Capacitação.	Desenvolvimento e valorização do servidor	- Plano de carreira implementado; - Servidores capacitados; - Servidores habilitados para o desempenho de suas funções.	Servidores da ADENE

5.2.5.2 – INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Satisfação do Servidor	Pesquisa censitária	100 %	Permanente com aplicação de pesquisa anual	Efetividade
Desempenho profissional	Pesquisa censitária	100 %	Permanente com aplicação de pesquisa anual	Efetividade

5.2.5.3 – UNIDADE GERENCIAL

Coordenação-Geral de Administração e Finanças/Coordenação de Recursos Humanos da ADENE.

5.2.5.4 – NEGÓCIO

Promover a valorização do servidor da ADENE por meio de avaliação sistemática de produtividade, dedicação, assiduidade, iniciativa e outros parâmetros, bem como a capacitação e o enquadramento em Plano de Carreira, além de promover a assistência à saúde.

5.2.6 MACROPROCESSO : Suporte Operacional

5.2.6.1 - ELEMENTOS COMPONENTES

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Cientes
MPO/SOF; MPO/SPI; CGC/MI; Unidades da ADENE	PPA; LOA; LDO; PDNE; Decreto de Limites; Instruções e portarias da SOF e MI; Plano Operacionais Anuais da ADENE; orientações da Junta colegiada da ADENE e da sua unidade de Gestão Estratégica.	Após a aprovação do orçamento para o exercício, a unidade de orçamento e contabilidade da ADENE preparará a programação orçamentária que orientará a execução financeira da ADENE, lançando e acompanhando no SIDOR e no SIAFI a execução.	Extratos do SIAFI e Tabelas para o acompanhamento e gestão dos recursos pelos diferentes níveis executivos da ADENE.	Diretor-Geral, Diretores e gestores diversos da ADENE.

Continua

Continuação

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Clientes
Gestores e técnicos da ADENE	Demandas internas	Acompanhamento da manutenção predial e do suporte logístico	Funcionamento da infra-estrutura básica (água, energia, elevadores, segurança, limpeza)	Gestores e técnicos da ADENE
Demandas internas e fornecedores externos de insumos	Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Licitações; Exigências estabelecidas em atos normativos da STN ou recomendações dos órgãos de controle interno (Auditoria, CGU) e externos (TCU);	Suporte na aplicação da legislação que condiciona a liberação de recursos públicos para pagamentos diversos, contratos e convênios.	Regularidade nas contas anuais da ADENE	Todas as unidades internas que lidam com contratos e convênios, supridores externos de insumos ou serviços.

5.2.6.2 – INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Acompanhamento da Execução da Execução orçamentária	Acompanhamento tabular do executado em relação ao previsto	Execução de 100 % do orçamento	anual	Eficácia
Satisfação do usuário	Atendimento dos pedidos	100 %	mensal	Efetividade
Qualidade	Atestado anual sobre a situação das contas, emitido pela CGU	0% de não conformidade e 100 % de regularidade	anual	Eficácia

5.2.6.3 – UNIDADE GERENCIAL

Coordenação-Geral de Administração e Finanças/ Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças da ADENE.

5.2.6.4 – NEGÓCIO

Promover o suporte contábil, orçamentário e financeiro, bem como a infra-estrutura e a logística necessárias ao bom funcionamento e ao exercício das funções e atividades da ADENE.

5.2.7 MACROPROCESSO : Gestão Corporativa**5.2.7.1 - ELEMENTOS COMPONENTES**

Fornecedores	Insumos	Processo	Produtos	Clientes
SOF/MPO; SPI/MPO; DGE/MI; Conselho Deliberativo e unidades internas da ADENE	PPA; LOA; LDO; PDNE e Decreto de Limites	Aperfeiçoamento das reuniões para elaboração dos Planos Anuais de Ação.	Programação construída de forma participativa, na definição dos Planos Anuais de Ação.	Unidades internas da ADENE
Gestores da ADENE em diferentes níveis	Programa de Gestão Pública do Governo Federal.	Melhoria da Qualidade nos processos de Gestão	Elaboração, aprovação, implementação, controle e acompanhamento do Projeto de melhoria da gestão da qualidade, incluindo capacitação.	Gestores da ADENE em diferentes níveis

5.2.7.2 – INDICADORES

Indicador	Fórmula	Meta	Prazo	Tipo de Indicador
Grau de disponibilização de momentos de avaliação crítica com base na excelência na qualidade	Número de eventos de reflexão sobre a qualidade efetivamente realizados em relação ao número programado	Criar um núcleo da qualidade na Adene	1 ano	Efetividade/Interatividade
-Grau de conhecimento da missão, visão valores da ADENE;	-N.º de servidores da Adene que conhecem a missão, visão e valores no final da pesquisa/ N.º total de servidores da Adene (base de cálculo anual);	-Aumentar para 80% o grau de conhecimento dos servidores sobre a missão, visão e valores da Adene em um ano;	Acompanhamento semestral	Eficiência
Melhoria da Gestão	Pesquisa censitária com base em critérios que envolvem aspectos administrativos, regularidade legal, RH, financeiros, políticos, além de agilidade e rapidez	Obter a classificação mínima de “Bom “ na avaliação anual de desempenho, contida no Contrato de Gestão.	Anual	Eficácia e Efetividade da Gestão

5.2.7.3 – UNIDADE GERENCIAL

Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da ADENE.

5.2.7.4 – NEGÓCIO

Promover a gestão regional da programação plurianual de atividades do Governo Federal, do seu planejamento orçamentário, bem como o controle, o acompanhamento e a avaliação dessas ações, por meio da elaboração periódica de planos gerenciais, bem como, promover, de forma integrada e internamente articulada, o desenvolvimento dos processos gerenciais adotados pela ADENE, provendo-os das normatizações necessárias ao seu bom funcionamento.

5.3 DESCRIÇÃO DAS DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS QUE IMPACTARAM O RESULTADO OBTIDO

Ainda que vivenciando uma fase de transformação para a nova Sudene, não se constituiu impeditivo à ADENE, a análise e concepção de indicadores de eficiência e eficácia para aplicação no seu âmbito de atuação, tal como determinado na Medida Provisória de criação da Agência. Indicadores que pudessem expressar a qualidade do resultado alcançado mas que também pudessem ser úteis no controle e na identificação de problemas, o que naturalmente repercutiria na melhoria da atuação da instituição.

Assim, em que pesem as restrições de ordem financeira para acompanhamento dos projetos, particularmente no primeiro semestre, a ADENE procurou atender as pendências provenientes do ano de 2006, tanto na avaliação, como nos ajustes de convênios para viabilização dos projetos e ainda nas articulações para agregar novos parceiros para execução do seu plano de ação 2007.

O monitoramento proposto, tinha como finalidade acompanhar as atividades das diversas unidades da instituição, buscando a melhoria da gestão e a avaliação do atingimento das metas físicas e financeiras estabelecidas no Plano Plurianual, além de se antecipar aos eventuais problemas, imprevistos durante o processo, bem como, buscar aumentar a capacidade de vislumbrar soluções inovadoras.

Aliás, não se fazem necessários indicadores para demonstrar que muitos foram os fatores exógenos ao ambiente da ADENE, que influenciaram os baixos índices obtidos, a exemplo, dos contingenciamentos orçamentários, dos atrasos na definição dos limites financeiros, dos fatores aos quais acima nos reportamos quanto a indefinição de procedimentos e a desconformidade entre os índices planejados e os obtidos, prejudicando a atuação da Autarquia.

Apenas como registro, relaciona-se adiante as datas nas quais foram recebidos limites orçamentários para a ADENE : 1 - Em 09/03/2007 foi recebido R\$ 145.656,00 na fonte 100 custeio da

administração, destinado aos auxílios creche e assistência médica-dontológica e R\$ 505.131,00 destinados aos auxílios transporte e alimentação; 2 - Em 12/03/2007 - o MI enviou R\$ 3.000.000,00 referente ao custeio para administração na fonte 100 e R\$ 100.000,00 na fonte 250 também para o custeio da administração; 3 - Em 19/03/2007 - foi recebido o valor de R\$ 1.051.013,00 destinado ao custeio, fonte 100 para as ações finalísticas e R\$ 100.000,00 na fonte 250 para custeio da administração; 4 - Em 31/05/2007 - foi recebido R\$ 4.000.000,00 na fonte 100 para custeio da administração e R\$ 450.000,00 na fonte 100 para investimento também da administração; 5 - Em 27/06/2007 foi recebida a última remessa de limite orçamentário, destinado às ações finalísticas no valor de R\$ 86.096,00 fonte 282 - custeio.

Superando todas as dificuldades a Instituição conseguiu reunir um conjunto de informações locais e por meio de longos debates tanto internos (oficinas) como no MI e no MPO, consolidou a elaboração de um novo Plano Plurianual de Ação- PPA 2008-2011. Foram várias reuniões para definição de balizamentos operacionais, definições conceituais, análises temáticas e discussões de política até a formatação de uma proposta de plano que realmente refletisse por meio de diretrizes, metas e finalidades o que demanda a Região e o que se propõe o Órgão, no caso a nova SUDENE, a realizar. Fato é que as discussões já vinham se valendo, na medida do possível, de um cenário em transição.

Não se pode contudo, deixar de enfatizar que a situação de indefinição institucional proporcionou um certo arrefecimento na condução dos debates com a sociedade da área de atuação da SUDENE para a elaboração das propostas de projetos e ações, particularmente em um ano de elaboração de um novo PPA.

a) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Medidas implementadas em relação aos fatos que implicaram nos resultados institucionais:

1) Quanto à transposição da ADENE para a SUDENE

Com a extinção da ADENE em 28/08/07 e por solicitação do Ministério da Integração Nacional, entre os dias 03 e 05/09/2007 foram anulados todos os empenhos emitidos e efetuado o bloqueio das dotações (saldos orçamentários) com o objetivo de possibilitar e agilizar o processo de transposição desse orçamento da ADENE (DE/PARA) para a nova Autarquia. Contudo, mesmo com a extinção da Agência e bloqueio do orçamento remanescente, e para que fosse possível o pagamento da folha de salários dos servidores do mês de setembro de 2007 haja vista que a nova SUDENE ainda não existia efetivamente, foram realizados alguns procedimentos operacionais, necessários e indispensáveis, naquele órgão extinto, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, tais como : desbloqueio apenas do orçamento, então bloqueado, relativo às ações vinculadas à folha (pessoal ativo e aposentado, plano de seguridade do servidor, auxílios alimentação e transporte e assistência pré-escolar). A partir desse procedimento foi realizado o pagamento das folhas dos meses de outubro e novembro de 2007, autorizadas no SIAFI pelo ordenador de despesa José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, responsável pela SUDENE por meio de decisão judicial, e pelo gestor financeiro substituto Brivaldo José de Vasconcelos Soares.

O procedimento de transposição de saldo de dotação/orçamentário foi feito por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, conforme estabelece o artigo 74 da Lei nº 11.439 (LDO) e Portaria nº 5 de 22/02/2007, da Secretaria de Orçamento Federal/MP, ou seja, com o bloqueio dos saldos das ações no SIAFI, exceto daquelas vinculadas a folha de pagamento, foram adotadas as medidas que se faziam necessárias naquele sistema. A inserção desses dados no SIDOR foi possível uma vez que já existia, desde o mês de setembro de 2007, de um lado a Unidade Orçamentária na ADENE (53206), e do outro, a recém criada Unidade Orçamentária da SUDENE (53203). O procedimento antes mencionado foi feito considerando inclusive as ações relativas à folha de pagamento dos servidores.

Em e-mail enviado no dia 04/10/2007 ao Sr. José Galdino, da Secretaria de Orçamento Federal, também encaminhado ao Sr. Gilson Pereira da Coordenação-Geral de Orçamento do Ministério da Integração Nacional, além de diversos dirigentes da própria Autarquia, o gestor financeiro substituto Brivaldo José de Vasconcelos Soares informou as alterações efetuadas nos valores bloqueados haja vista a urgência para o pagamento da folha dos servidores relativa a setembro, mas também chamava a atenção para a notícia sobre a sanção de um Decreto, pois este era o nível da informação naquele momento, que trataria do remanejamento do saldo orçamentário da ADENE para a SUDENE até então não visualizado no site da Presidência da República, e chamava a atenção para dois possíveis problemas : a) incompatibilidade de valores com a fita a ser gerada pelo citado Decreto uma vez que as informações iniciais foram alteradas e que não havia sido efetuado um novo bloqueio com os valores atualizados; b) impossibilidade de geração dessa fita magnética de transposição do saldo orçamentário da ADENE para a SUDENE face a edição do suposto Decreto tendo em vista a inexistência de Unidade Gestora/Gestão para a nova Autarquia. Mesmo com essa observação o Decreto saiu, DOU de 04/10/2007, e a fita magnética foi gerada em 05/10/2007, envolvendo as unidades

gestoras/gestões 533002/53206 - ADENE e a 193139/19203 – SUDENE, sendo que esta última Unidade Gestora/Gestão pertencia à extinta SUDENE, Autarquia criada pela Lei nº 3.692 de 1.959 (Lei Ordinária). Esse procedimento jamais poderia ter ocorrido uma vez que a SUDENE atual foi criada por Lei Complementar de 2007 (LC nº 125/2007) e deveriam ser criadas Unidade Gestora/Gestão novas (como foi mais adiante criada), atrelados a um CNPJ também novo. Foi tentada a reversão do quadro contactando com servidores do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal/MP, no entanto, não se logrou êxito.

Em 08/10/2007, novo e-mail foi enviado pelo gestor financeiro substituto Brivaldo José de Vasconcelos Soares ao Senhor José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos e outros servidores da ADENE/SUDENE, bem como aos senhores Gilson Pereira, do Ministério da Integração Nacional e José Galdino, da Secretaria de Orçamento Federal/MP, por meio do qual foi ratificada e confirmada, a mesma preocupação antes informada.

Em 18 de dezembro de 2007 foi criado o CNPJ para a nova SUDENE, e a partir de 24 do referido mês já foi possível operacionalizar o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI nessa nova Autarquia (emitir empenho e realizar pagamentos). Também no mês de dezembro foram aprovados créditos suplementares para as ações de pessoal ativo e aposentado, plano de seguridade do servidor, auxílios alimentação e transporte e assistência médica e odontológica, e esses créditos foram lançados na extinta SUDENE. Os saldos orçamentários transferidos de forma equivocada para a extinta SUDENE e os créditos suplementares abertos no mês de dezembro, foram remanejados para a nova SUDENE. Os saldos contábeis de contas que permitiam transferência também foram remanejados da extinta ADENE para a nova Autarquia;

Os créditos suplementares abertos no exercício de 2007, tiveram origem de financiamento dos gastos da anulação parcial de dotação da ação Administração da Unidade no valor de R\$ 131.458,00, para reforçar o orçamento das ações Auxílios Alimentação e Transporte e Assistência Médica e Odontológica e, a Reserva de Contingência do Orçamento Geral da União – OGU, para reforçar o orçamento das ações de Pessoal e Ativo e Aposentados/Pensionista e o Plano de Seguridade do Servidor, gastos estes relacionados ao grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

2) Quanto às ações de regularização

- Promover ação urgente para conclusão do processo de transferência, via SIAFI, dos convênios para a Unidade Gestora da nova SUDENE. Para aqueles na situação de “a aprovar”, constituir grupo de trabalho para analisar os processos;
- Para os convênios que estão na situação de “a comprovar” promover ação urgente, notificando os convenientes para a apresentação das respectivas prestações de contas.

3) Quanto ao fluxo de controle interno e definição de procedimentos e

- Efetuar ajustes nos procedimentos descritos no manual de convênios, de forma que o fluxo defina com maior clareza as atribuições e responsabilidades dos setores
- Prover as áreas envolvidas na gestão de convênios de estrutura de pessoal, financeira, material e programa de capacitação específico;
- Implementar ferramentas (procedimentos/formulários) de acompanhamento e fiscalização da execução das aplicações dos recursos liberados aos convenientes;
- Elaborar o Manual de Normas e Procedimentos e, periodicamente promover revisões no Manual de Convênios desta Autarquia;
- Revisar e fazer cumprir o fluxo operacional, com clareza na definição das atribuições e responsabilidades das áreas;
- Buscar e manter base de dados compatível para análise de peças unitárias a serem aplicados nas metas do plano de trabalho;
- Ajustar os procedimentos na gestão de convênios, a fim de estabelecer rotinas preventivas para evitar pagamentos a servidores públicos, analisar a capacidade do conveniente em realizar processos licitatórios; realizar revisões em documentos, tais como: notas fiscais, recibos, contratos, extratos bancários, processos licitatórios.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

(NÃO SE APLICA)

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Incentivos especiais – Isenção, Redução e Reinvestimentos do IRPJ

a) Identificação do Projeto ou Instituição Beneficiada

No exercício de 2007 identificamos as 21 empresas beneficiadas com reinvestimento.

b) Valor dos Investimentos, dos Incentivos e dos Recursos Liberados e Aprovados no projeto/entidade no exercício

Foram liberados recursos para os projetos aprovados correspondente ao valor dos incentivos, no montante de R\$ **34.388.307,95**, não se viabilizando um montante superior de aprovação em face da extinção da Adene em agosto.

c) Impacto sócio-econômico gerado

Para avaliação do impacto sócio-econômico gerado com base no ano de 2007, foram encaminhados 1.200 ofícios às empresas beneficiadas para preenchimento dos questionários, segundo Modelo de Avaliação elaborado pelo Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, com vistas ao fiel cumprimento da determinação emanada pelo Tribunal de Contas da União com vistas a instituição de um sistema de avaliação do impacto das políticas de incentivos fiscais na Região Nordeste.

Para o devido preenchimento foi estipulado um prazo de 60 dias para devolução dos questionários o que já vem ocorrendo, a fim de posterior encaminhamento ao Departamento de Gestão do Ministério.

Quanto ao desenvolvimento do sistema computacional voltado para o controle dos benefícios fiscais concedidos, temos a informar:

- primeiro módulo do Sistema está em fase de implantação, testes e de migração da base de dados do Sistema legado de controle de incentivos. Este módulo contempla todas as etapas de concessão do benefício fiscal de redução fixa de 75% do IRPJ e de redução escalonada de 25% do IRPJ. O novo Sistema funcionará em plataforma Web e tem previsão de entrar em operação até março de 2008.
- segundo módulo do Sistema contemplará todas as etapas de concessão dos benefícios fiscais de Reinvestimento do IRPJ, Depreciação Acelerada Incentivada e a Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e do IOF nas operações de Câmbio. O desenvolvimento e implantação deste módulo já está contido em edital de licitação, a ser conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças, e deverá ser publicado após os procedimentos operacionais de praxe. Após esta contratação, o prazo de desenvolvimento e implantação, previsto no edital, é de doze meses, processo este que só se dará com a estruturação da nova SUDENE.

d) Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas

Da relação de 241 laudos emitidos constam pleitos com redução de 75% e 25% de imposto de renda, enquadramento legal, e transferência de incentivos. Desse total foram realizadas vistorias em 148 pleitos de redução, sendo 46 para empreendimentos modernizados, 15 para empreendimentos diversificados, 67 instalados e 20 ampliados.

Cumprir ressaltar que o cumprimento da programação 2007 com vistas as realizações de vistorias em empresas solicitantes do benefício de redução do Imposto de Renda, ficou sobrestada em razão da situação criada na SUDENE em decorrência do Decreto nº 6.198, de 28.08.2007, cuja normalização só se dará com a estruturação da nova SUDENE, acarretando assim um saldo expressivo de empresas solicitantes desse benefício que somente poderão utilizar o benefício a partir do ano calendário de 2007, conforme as disposições do art. 1º, §§ 1º e 2º da MP 2.199-14/2001.

As falhas no processo são inexistentes em face de que a concessão do benefício dar-se-á quando da completa conformidade às exigências da legislação.

e) Situação atual do projeto/instituição

Após passado o prazo legal para aplicação e incorporação dos recursos liberados é efetuada a comprovação dos projetos aprovados de reinvestimento.

f) Projetos Beneficiados

- Com Renúncia Fiscal (Incentivos Especiais – Isenção, Redução e Reinvestimento do IRPJ)

Dos **241 laudos constitutivos** expedidos para aprovação de pleitos para a concessão de incentivos de redução do Imposto de Renda, 66 destinaram-se à BA; 11 às AL; 09 a SE; 22 à PB; 08 ao RN; 06 ao PI; 44 à PE; 04 à MG; 07 ao MA; 10 ao ES; e 54 ao CE.

Além da aprovação desses laudos, foram aprovados **30 pareceres** para a utilização dos Recursos do Art. 19 da Lei 8167/91-Reinvestimento, sendo 10 da BA, 07 do CE, 01 do MA, 01 de MG, 03 da PB e 05 de PE, 01 do RN, 01 de SE e 01 no ES.

- Com Isenção Fiscal (AFRMM E IOF e a Depreciação Acelerada)

Foram aprovados neste exercício de 2007 até dezembro, **187 pleitos** de isenção do Adicional de Frete e Marinha Mercante e do IOF, sendo 54 da BA, 05 de AL, 46 do CE, 07 do MA, 03 do PI, 41 de PE, 14 da PB, 08 do RN e 09 de SE. Foram ainda aprovados, até **agosto de 2007, 06 pleitos de isenção da depreciação acelerada**, de acordo com as disposições do art. 31, incisos I e II da Lei 11.196/2005, sendo 02 da BA e 01 do MA e 03 de MG.

g) Informações gerais sobre o cumprimento das recomendações em relação a prestação de contas do TCU/CGU

Concluído o processo de uniformização de procedimentos entre as Agências (ADA e ADENE), conjuntamente com o MI, com vistas a permitir às análises dos pleitos de redução e reinvestimento do IR, para a sua regulamentação. Com base nessa uniformização de procedimentos entre as Agências, a ADENE junto à Diretoria Colegiada aprovou novo regulamento através da Resolução nº 26-A/2006.

Aprovada pelo MI através de Portaria Ministerial de nº 2091-A/2007, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOU de 15/01/2008 a consolidação das normas e procedimentos sobre os incentivos fiscais e financeiros administrados a partir de agora pelas Superintendências Regionais da SUDAM E SUDENE.

h) Melhoria do desempenho da equipe

A programação de capacitação foi suspensa em face da morosidade do processo de regularização da SUDENE, havendo apenas um curso de análise contábil, destinado ao total dos técnicos da GIPI Incentivos.

Obs.: Informações fornecidas pelo GIPI/INF

8 – OPERAÇÕES DE FUNDOS

OPERAÇÕES ESPECIAIS : FINANCIAMENTO COM RETORNO – FDNE

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS - Avaliação sócioeconômica das operações do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e avaliação do impacto sócioeconômico das operações:

8.1. Identificação do projeto (incluindo finalidade, objetivos, beneficiários e investimentos previstos):

No decorrer do período de janeiro a dezembro do ano 2007, nas operações do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, administrado até 28 de agosto pela ADENE e em seguida pela SUDENE, foram apresentados em 2006 e aprovados no exercício de 2007, 2 projetos.

Foram recebidos 12 projetos, encontram-se 7 em análise e 09 foram devolvidos. Em relação às Cartas-consulta foram 39 recebidas, 30 não aprovadas e 03 em análise.

8.2. Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por unidade da federação:

No período de janeiro a dezembro de 2007 foram aprovados 02 projetos, mas não houve aplicação.

8.3. Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por unidade da federação:

Não houve a realização de operações financeiras no período em pauta.

8.4. Legislação pertinente:

O FDNE foi criado pela Medida Provisória N.º 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e regulamentado pelo Decreto N.º 4.253, de 31 de maio de 2002, posteriormente alterado pelo Decreto N.º 5.592, de 23 de novembro de 2005. A Lei Complementar N.º 125, de 03 de janeiro de 2007, altera alguns dispositivos normativos do FDNE que serão objeto de regulamentação.

8.5. Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal):

Até a data deste relatório não foram liberados recursos para remuneração do banco operador, uma vez que a mesma está condicionada à liberação de recursos para projetos aprovados.

8.6. Relação dos projetos com a finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício:

Não houve liberação de recursos no período em apreço.

8.7. Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizados (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas):

Esta atividade não foi realizada dada a inexistência de liberações de recursos do FDNE no período.

8.8. Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados):

A dotação orçamentária para 2007 foi de R\$ 1.156,1 milhões. Os resultados alcançados foram bastante prejudicados em face da não regulamentação da Instituição SUDENE, a partir de agosto de 2007, sendo possível apenas contabilizar os resultados apresentados abaixo.

a) Investimentos previstos nas Cartas-consulta aprovadas e aguardando projeto:

Total R\$ 395,6 milhões
 FNDE R\$ 226,4 milhões
 Rec. Próprios R\$ 97,2 milhões
 Outras Fontes R\$ 72,0 milhões

b) Investimentos previstos nas Cartas-consulta em análise:

Total R\$ 314,8 milhões
 FNDE R\$ 174,5 milhões
 Rec. Próprios R\$ 128,0 milhões
 Outras Fontes R\$ 12,3 milhões

c) Investimentos previstos nos Projetos em análise:

Total R\$ 1.143,5 milhões
 FNDE R\$ 600,9 milhões
 Rec. Próprios R\$ 240,0 milhões
 Outras Fontes R\$ 302,6 milhões

d) Investimentos previstos nos Projetos aprovados:

Total R\$ 149,1 milhões
 FNDE R\$ 81,0 milhões
 Rec. Próprios R\$ 39,3 milhões
 Outras Fontes R\$ 28,8 milhões

Cumprir informar que se encontra em andamento na SUDENE, em conjunto com os diversos Órgãos Federais e Ministérios pertinentes, um processo de revisão/reformulação do Regulamento do FDNE para as adequações necessárias para o seu bom desempenho. Por outra parte, a SUDENE vem tomando providências administrativas, tais como aquisição de equipamentos de trabalho, oferta de cursos e realização de reuniões técnicas com o Banco Operador, no sentido de instrumentalizar e aperfeiçoar a equipe técnica.

Obs.: Informações fornecidas pelo GIPI/AAP

9. CONTEUDOS ESPECÍFICOS POR UG OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Incluso no item 7 (dados relativos a Renúncia fiscal).

OUTRAS INFORMAÇÕES

A seguir estão relacionadas as atividades que foram programadas e realizadas no exercício de 2007 da ADENE.

1. Projeto: Elaboração e disponibilização do documento “Nordeste em Números”

1.1. Objetivos:

A fim de subsidiar a elaboração de política pública dirigida tanto à Instituição bem como aos atores e planejadores da Região, estão sendo atualizadas as informações do documento Nordeste em Números por meio da coleta de dados secundários para sistematizar e disponibilizar informações sobre a realidade sócio-econômica do Nordeste foram realizadas as seguintes ações:

- Definição das informações a serem coletadas;
- Definição do plano de pesquisa;
- Levantamento das informações selecionadas;
- Tabulação e sistematização das informações;

- Elaboração dos relatórios de pesquisa;
- Disponibilização das informações no site da SUDENE

Fonte: GPIN

2. Projeto: Implantação da Rede Nacional de Agentes de Política Industrial, RENAPI no Nordeste

Com a finalidade de promover a regionalização da Política Industrial e implantar a Rede Nacional de Agentes de Política Industrial – RENAPI, alguns passos importantes foram dados ainda no final do primeiro semestre de 2006 e retomado em 2007, com parceria da Agência Brasileira de Difusão da Inovação – ABDI-Governos dos Estados, entidades executoras e financiadoras de PD&I com atuação no Nordeste e setor Produtivo, com ênfase para o setor industrial, tendo como produto a formatação de uma Agenda de Inovação para a Região.

Até agosto foram realizados seis dos sete eventos programados para a sensibilização e capacitação de agentes da inovação nos estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio grande do Norte, Maranhão, Bahia. O Ceará, foi o único estado programado em que não foi possível realizar as ações de sensibilização e capacitação.

A ação cumpriu integralmente suas metas e propósitos até a extinção da ADENE. Ademais permitiu significativa reinserção da ADENE/SUDENE no contexto regional, o que só foi interrompido quando da não implantação efetiva da SUDENE. Em função desse fato a SUDENE não pode participar dos trabalhos previstos para o Estado do Maranhão.

A primeira fase de efetivação da RENAPI teve como sistemática a realização de encontros precursores estaduais onde as agências preparavam junto às federações de indústrias estaduais, secretaria de desenvolvimento industrial, bancos de fomento, universidades, sistema S, entre outras instituições, o momento seguinte, de realização de um Curso de Formação de Agentes em Política Industrial. Nestes, eram apresentadas alternativas de fomento à inovação, mais de 180 disponíveis, assim como discutidos casos de sucesso (três em cada estado) como forma de incentivar os empresários e agentes da inovação presentes a acessar as alternativas de fomento já disponíveis nacionalmente, e que são menos utilizadas na região Nordeste.

Fonte GPIN

3. ÁREA DE COMUNICAÇÃO

A área de comunicação com a finalidade promover maior visibilidade da imagem da Instituição, com transparência, de suas ações nos meios de comunicação de maneira a divulgar suas contribuições para o desenvolvimento; trabalhar com uma estrutura de comunicação capaz de atender às demandas externas e internas e contemplar a sociedade com publicações e eventos com periodicidade assegurada, programou as seguintes atividades:

- Aquisição de 05 equipamentos;
- Site da Adene na internet e intranet atualizados;
- Informes internos elaborados e distribuídos internamente;
- Jornais bimestrais elaborados e distribuídos interna e externamente;
- Folders institucionais

Os recursos previstos no valor de R\$ 200.000,00 oriundos da ação 2272 – Gestão e Administração da Unidade do Programa 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial não foram aprovados, em face do contingenciamento dos recursos e priorização de outras atividades institucionais.

Em face disso foram realizadas em parceria com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Integração e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República as seguintes atividades:

- Divulgação em murais internos de notícias publicadas sobre a ADENE;
- Atendimento ao cidadão através do “Fale conosco” do Site da ADENE;
- Disseminação sistemática, na Intranet e Internet da Agenda Geral da administração superior e das notícias em destaque;
- Elaboração e Divulgação do ADENE Notícias (mensal) - informe digital por intermédio da Intranet;
- Elaboração de Clipping diário e envio por email para as gerências;
- Envio de /releases/ e contato com a mídia sobre os eventos de destaque (seminários, reuniões, audiências, etc.) da ADENE e por ela apoiados
- Apoio aos jornalistas em ocasiões específicas (entrevistas, elaboração de material jornalístico);
- Atualização sistemática de Maillings;
- Apoio na organização de eventos e articulação junto a cerimoniais;
- Elaboração e envio a SECOM da Presidência da República do PAC- Plano Anual de Comunicação da ADENE;
- Participação em Fórum de Assessores de Comunicação dos Órgãos Federais;

- Assessoramento aos Gestores da ADENE quanto à divulgação de atividades de suas áreas;
- Assistência ao Diretor-Geral da ADENE na elaboração de seus comunicados e apresentações institucionais.
- Articulação e reuniões preparatórias com os governos da área de atuação da ADENE, para realização de encontros internacionais envolvendo os governos e investidores estrangeiros; (Espanha e Tucumán na Argentina).
- Articulação e contatos com os governos do Nordeste para realização de encontro com os investidores do Fundo Internacional Russell 20-20, em Brasília.

Fonte: Assessoria de Comunicação

4 - COMISSÃO DE ÉTICA DA ADENE

A fim de disseminar e informar sobre conceitos de ética pública, dar a conhecer os regimentos, e os princípios e normas que balizam a conduta do servidor público e da alta administração federal, foram registradas as seguintes realizações que contaram com a participação da Presidente da Comissão de Ética :

- Seminário Internacional Euro-Brasil de Combate à Corrupção, ocorrido na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC com apoio do Projeto Euro-Brasil 2000 e da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – Brasília – DF, participação da presidente da CEP/ADENE. Período: 13 a 15 de junho de 2007.
- Divulgação do Decreto Nº 6.029, de 1º de fevereiro 2007.

A Gestão da Ética é um trabalho a ser desenvolvido nas instituições públicas em decorrência das demandas da sociedade e como prerrogativa do governo federal, que dá ênfase ao tema inclusive fazendo-o constar no PPA. Para que a Comissão da Ética na SUDENE aja em conformidade com os preceitos do Governo Federal e da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, se fazem necessárias medidas como:

- disponibilização de infra-estrutura física - devido à função sigilosa das informações;
- divulgação da composição e papel da comissão - pela intranet e comunicados escritos;
- inserção efetiva da comissão participando de trabalhos com interface junto à área de auditoria e de recursos humanos da instituição;
- ratificação do Regimento Interno da Comissão, pelo Diretor geral e pela Diretoria Colegiada; e
- Condições de trabalho específicas, como previsto no Art. 6º, inciso I e no Art. 7º, § 1º do Decreto nº 6.029 de 1º de fevereiro de 2007.

Fonte: Comissão de Ética Pública.

5. PASSIVO DE CONVÊNIOS DA EXTINTA SUDENE

No tocante às informações sobre o passivo de convênios da extinta SUDENE, preliminarmente, cumpre ressaltar que o acervo de convênios, remanescente da extinta Autarquia, incluindo acordos de cooperação, ajustes, transferidos para a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, pelo Decreto nº 4.985, publicado no “Diário Oficial” da União de 13/02/04, compreende um total de 850 processos, dos quais 22 não localizados, até a presente data. Daquele total alguns poucos, em razão das pendências detectadas, requeriam ou requerem ainda algum tipo de providência com vistas à regularização e encerramento.

No sentido da referida regularização, no exercício de 2007, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, decorrentes da inadequada estrutura da Unidade de Convênios, da escassez de recursos, sobretudo, humanos, mas também materiais e financeiros, da falta de delegação/implementação quanto a determinadas competências/atribuições (a exemplo da fiscalização “in loco” da aplicação dos recursos; da devida análise e emissão de parecer sobre os aspectos financeiros, quanto à correta e regular aplicação dos recursos; quanto a emissão de Laudo/Parecer Técnico em projetos acompanhados por técnicos da extinta SUDENE/ADENE), além do retardamento da criação da nova SUDENE e da conturbada transição – ADENE/SUDENE, foram adotadas diversas medidas/providências pela Coordenação de Convênios, tais como:

- realização de vistorias “in loco” para atestar a execução do objeto, em projetos cujos técnicos que os acompanharam não mais se encontram na ADENE/SUDENE: programadas (32), realizadas (03);
- emissão de laudo técnico, com base nas vistorias realizadas;
- análise e emissão de parecer de conformidade à prestação de contas apresentadas;
- formulação e encaminhamento de consultas/posicionamento à Procuradoria Federal junto à ADENE/SUDENE;
- encaminhamento à Auditoria Interna para fins de exames/respostas, atualização de débito para notificação e solicitação de devolução;

- encaminhamento à Coordenação de Contabilidade e Finanças, com vistas a emissão/informação, relativas a situação SIAFI dos convênios; para fins de emissão de parecer financeiro (encaminhamento para providências de encerramento);
- envio de notificação ao convenente, relativa a exigências não cumpridas, documentação complementar, devolução de recursos, inadimplência, inscrição no SIAFI;
- identificação, preparação e envio de processos ao Departamento de Gestão dos Fundos de Investimento/MI, Gerência Regional do Recife, para fins de transferência (da “UG” da extinta SUDENE, para “UG” ADENE), para acesso, consultas e alterações no SIAFI;
- fundamentação e recomendação ao ordenador de despesas, de envio de processos à Comissão de Tomada de Contas Especial, para apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar o dano ao Erário;
- atendimento/resposta a solicitações diversas de informações sobre convênios, origens internas (da Auditoria, da Procuradoria, da Comissão de Tomada de Contas Especial) e externas (da Controladoria-Geral da União, de Governos de Estado – AL, SE, do Ministério da Integração etc); relativas ao envio de cópia de documentos do processo ou integral, entre outros.

Cabe registrar, que nos dois últimos anos, a Coordenação de Convênios, não participou de nenhuma reunião, se é que ocorreram, do Comitê Gestor de Obras e Convênios, conduzido pelo MI para acompanhar as providências relativas ao passivo de suas vinculadas: ADENE, ADA, DNOCS e CODEVASF, além de suas Secretarias internas.

Ainda que muito esforço, energia, tempo, dedicação tenham sido empreendidos, objetivando a normalização dos processos pendentes, há muito mais por fazer, agora, com um marco temporal definido, conforme artigo 5º, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 24, de 19 de fevereiro de 2008, que disciplina os procedimentos operacionais para o atendimento ao disposto no art. 17 do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, transcrito abaixo :

Art. 5º Os instrumentos de transferência de recursos com prazo de vigência vencido até a data de publicação desta Portaria e que não forem objeto de arquivamento deverão ser analisados por força-tarefa a ser constituída no âmbito de cada órgão ou entidade concedente, sem prejuízo das demais atribuições.

Parágrafo único. Os trabalhos da força-tarefa referida no caput deste artigo deverão ser concluídos no prazo máximo de dois anos a contar da publicação desta Portaria (Portaria Interministerial nº 24, de 19/02/08, DOU de 21/02/08).

Diante do disposto acima, particularmente, considerando que o encerramento pelo arquivamento dos processos que tratam de transferências de recursos de dotações da União, observados os critérios, cumulativos, conforme art. 1º da citada Portaria, atinge apenas cerca de 15 processos do montante transferido para ADENE e que, tem-se mais de 250 processos pendentes, de maior complexidade, considerados os em tramitação (cerca de 170), os com indicação ou em TCE (cerca de 100), e outros, em menor número, que aguardam resposta/posicionamentos da PRD, da AUD, faz-se necessário e urgente, deliberar a respeito da constituição da força-tarefa, parecendo também indispensável a elaboração e aprovação de um plano de ação, que apresente a situação/realidade e disponha sobre os procedimentos/medidas, responsabilidades, pessoas, recursos financeiros e outras condições, com vistas à conclusão dos trabalhos no prazo estipulado.

Há dificuldades, obstáculos diversos a superar com vistas à constituição/implementação da força-tarefa objetivando a regularização dos processos e conclusão dessa tarefa, transferida para a ADENE, em 2004, e desta para sua sucessora, a nova SUDENE, cujas condições para o tratamento devido precisam ser garantidas.

Sobre o assunto, observando as informações trazidas na referida planilha, pode-se constatar, particularmente, quanto às liberações de recursos no exercício, que essas sofreram atrasos e em boa parte dos convênios não chegaram a se efetivar, em razão de dificuldades enfrentadas, seja de retardo na superação/posicionamento conclusivo diante das constatações e recomendações apontadas pela CGU, a partir dos exames realizados no exercício de 2006, seja em decorrência da extinção da ADENE e da conturbada transição para nova SUDENE, com significativo atraso na definição de CNPJ, UG, ordenador, orçamento.

Além das questões assinaladas acima, uma avaliação geral dos convênios firmados no período 2004/2006, da situação das avenças, em que pese as constatações da CGU, em particular, aponta para a necessidade de maior consistência/aprimoramento na seleção/análise/aprovação dos pleitos, bem como no maior conhecimento da legislação, dos procedimentos e das regras que permeiam a transferência e a gestão dos recursos públicos.